

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
FECAP**

RELAÇÕES PÚBLICAS

CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA: O GOVERNO BOLSONARO
DIANTE DAS QUEIMADAS NO PANTANAL EM 2020**

São Paulo

2021

CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA: O GOVERNO BOLSONARO DIANTE DAS
QUEIMADAS NO PANTANAL EM 2020**

Pré-projeto de Qualificação apresentado à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dra. Helena Jacob

São Paulo

2021

CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA: O GOVERNO BOLSONARO DIANTE DAS
QUEIMADAS NO PANTANAL EM 2020**

Monografia apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado –
FECAP, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

COMISSÃO JULGADORA:

Professor convidado

Prof.

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Prof. Dra. Helena Jacob

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, __ de junho de 2020

*A Felipe Santana, que hoje vive
espiritualmente em outro plano, mas viverá
para sempre em meu coração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Jumara e Antonio, por terem sido os degraus da minha subida. Agradeço a Janaína, Samantha, Thais, Kevin, Fernanda e Karen por terem me proporcionado memoráveis momentos de alegria e desconpressão durante essa dura caminhada acadêmica. Agradeço a Gabriel, por ter me dado motivação nos dias mais desanimadores.

Agradeço a todos os professores que já passaram pela minha vida e que, de alguma forma, contribuíram para que eu me tornasse uma pessoa crítica, posicionada e questionadora. Em especial, agradeço a professora Helena por toda paciência e empatia durante a construção deste trabalho, principalmente pelas palavras motivadoras que me fizeram escrever mais uma página a cada dia.

Por fim, agradeço a Amora e Nina, minhas companheiras de quatro patas que foram a luz para minha saúde mental durante todo esse processo.

“Mas para os povos indígenas uma coisa é clara: quanto menos você sabe sobre algo, menos valor isso tem para você — e, portanto, mais fácil será de destruir”

— Nemonte Nenquimo,
líder da tribo indígena Waorani

RESUMO

Esta pesquisa procura evidenciar as causas das queimadas no Pantanal no ano de 2020 e as atitudes do governo bolsonarista frente ao maior desastre ambiental já ocorrido no bioma durante o período observado pelos órgãos fiscalizadores. Um dos propósitos deste estudo de caso é entender como as práticas de relações públicas governamentais podem contribuir ou agravar a situação ambiental no país, partindo de uma revisão histórica e bibliográfica da profissão, além de um estudo de caso sobre a comunicação pública aplicada durante o evento estudado. Assim, assumindo a importância de um governo comprometido com a pauta ecológica, pontuar a suma relevância da área de relações públicas no processo comunitário, democrático e participativo, além da ampliação dos esforços profissionais e acadêmicos voltados para o controle de mudanças climáticas, na disseminação da verdade e, principalmente, na construção de uma conscientização cidadã.

Palavras-chave: Queimadas no Pantanal. Relações Públicas. Relações Públicas Governamentais. Comunicação Pública. Mudanças climáticas.

ABSTRACT

This research aims to highlight the causes of fires in the Pantanal in 2020 and the attitudes of the Bolsonaro's Government in the face of the greatest environmental disaster ever to occur in the biome during the period observed by the regulatory agencies. One of the purposes of this academic work is to understand how government public relations practices can contribute or aggravate the environmental situation in Brazil, starting from a historical and bibliographic review of the occupation, in addition, a study on public communication applied during the analyzed period. Thus, assuming the importance of a government committed to ecology, highlighting the relevance of the public relations area in the community, democratic and participatory process, moreover, the expansion of professional and academic efforts aimed at controlling climate change, in the dissemination of the truth and mostly building public awareness.

Keywords: Fires in the Pantanal. Public Relations. Government Public Relations. Public Communication. Climate Changes.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1. FUMAÇA, CHAMAS E DESTRUIÇÃO: O CENÁRIO AMBIENTAL CAÓTICO DE 2020 | 12 |
| 1.1 O bioma Pantanal..... | 12 |
| 1.2 As queimadas no Pantanal..... | 12 |
| 1.3 A origem das queimadas de 2020 e ação do homem | 17 |
| 2. AS RELAÇÕES PÚBLICAS E O MEIO AMBIENTE | 21 |
| 2.1 A profissão de relações públicas..... | 21 |
| 2.2 O posicionamento das relações públicas diante das pautas ambientais | 22 |
| 2.3 As relações públicas na construção de uma nação capitalista..... | 26 |
| 2.3.1 <i>Lobby</i> | 28 |
| 3. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA-NARCISISTA | 32 |
| 3.1 Conhecendo os porta-vozes..... | 35 |
| 3.1.1 <i>Jair Messias Bolsonaro</i> | 36 |
| 3.1.2 <i>Ricardo Salles</i> | 39 |
| 4. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DURANTE AS QUEIMADAS NO PANTANAL ... | 44 |
| 4.1 Metodologia..... | 44 |
| 4.2 Análises..... | 45 |
| 4.2.1 <i>Incidente 1: Secom divulga informação falsa</i> | 45 |
| 4.2.2 <i>Incidente 2: A carta aberta dos países europeus</i> | 51 |
| 4.2.3 <i>Incidente 3: Passando a boiada</i> | 52 |
| 4.2.4 <i>Incidente 4: A participação de Bolsonaro na ONU</i> | 56 |
| 5. CONCLUSÃO | 62 |
| 6. REFERÊNCIAS | 64 |

INTRODUÇÃO

Os recordes de focos de queimadas no Pantanal colocaram em risco diversas tribos indígenas e grande parte da fauna e da flora do local, causando ainda diversos prejuízos financeiros e sanitários para os moradores do bioma. O número de hectares perdidos e o impacto na fauna do local beirou um cenário caótico e irreversível, se tornando maior desastre ambiental ocorrido no Brasil durante todo o ano de 2020, segundo os dados apresentados neste trabalho.

Apesar do triste acontecimento, segundo uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2019, 85% dos brasileiros acreditam que o aquecimento global existe e o planeta está aquecendo cada vez mais, e 72% também acreditam que o motivo para isto sejam as ações humanas. Apesar da existente preocupação, continuamos a presenciar catástrofes, desmatamentos em grande escala e governos que, mesmo em meio às tragédias, disseminam mentiras e se opõem aos fatos, dificultando o processo de conscientização e de proteção do meio ambiente.

Este trabalho procurou discutir as origens das relações públicas e sua participação no modelo capitalista que vivemos atualmente, que acarreta diversos prejuízos para nossa flora e fauna local. Foi possível evidenciar que, ao longo da história, a profissão se manteve atrelada aos esforços comunicacionais das grandes corporações, indústrias e organizações que, com grande influência política, adentram com mais facilidade nas decisões governamentais e abrem caminhos para a exploração ambiental.

O estudo de caso permitiu uma maior compreensão das relações públicas governamentais praticadas ao longo da história do Brasil, que se desenvolveram e resultaram nas práticas comunicacionais e de relacionamento público que conhecemos hoje em dia. A pesquisa examinou algumas estratégias da área e como elas podem beneficiar, ou impedir a plena execução das leis que protegem os biomas e florestas brasileiras das ações criminosas do homem e das grandes corporações.

Entretanto, antes de levantar possíveis soluções para exercer a atividade de relações públicas de maneira mais ecológica dentro das organizações, foi constatado a importância de se ajustar os interesses governamentais e a comunicação pública a

favor da causa ambiental, pois isso norteará uma série de atitudes benéficas e eficazes para o meio ambiente.

Durante as queimadas no Pantanal, presenciamos uma comunicação pública pouco engajada, tendenciosa e descompromissada com a verdade e com a obrigação de se comunicar com todos os públicos da sociedade civil. A revisão bibliográfica e o estudo de caso apresentado utilizaram a comunicação aplicada pelo Governo Federal e pelo Ministério do Meio Ambiente, durante a catástrofe no bioma Pantanal, como objeto de pesquisa, analisando discursos, posicionamentos, declarações e publicações realizadas pelos principais porta-vozes e pelos canais oficiais.

E, assim, foi elaborada uma conclusão que mensura quais os impactos que a comunicação pública pode causar em uma sociedade, e qual o poder das relações públicas no processo de construção de uma comunicação democrática, dialógica, transformadora e participativa.

A literatura de relações públicas permanece, em larga medida, tímida perante a esses desenvolvimentos na área de mudanças climáticas, meio ambiente e sustentabilidade. Em virtude disso, a questão foi encarada, nas próximas páginas, como uma oportunidade de atuação desenvolvedora, preventiva e protetora, e não apenas como uma questão de gestão de imagem e reputação.

1. FUMAÇA, CHAMAS E DESTRUIÇÃO: O CENÁRIO AMBIENTAL CAÓTICO DE 2020

1.1 O bioma Pantanal

O Pantanal é um dos menores biomas do Brasil, conhecido por conta da sua planície inundada, que é formada através de um mosaico hídrico de rios, que juntos compõem a Bacia do Rio do Prata, considerada a segunda maior planície inundável do planeta e ainda um dos maiores espaços úmidos contínuos do planeta Terra, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Apesar de ter um território menor, em comparação com outros biomas brasileiros, o Pantanal possui uma rica fauna, sendo o habitat de grande parte dos animais existentes no país. Com uma drástica oscilação de temperatura em um curto espaço de tempo e suas inundações, a reciclagem de nutrientes se torna constante e permite que o ambiente seja altamente eficiente e produtivo, o que explica a existência de uma grande gama de espécies de peixes e aves aquáticas.

Muitas pessoas ainda confundem o nome “Pantanal” com “Pântano”, porém, o bioma não é e nem deve ser considerado como tal e, sim, como uma savana estépica. Esse nome é utilizado pelos órgãos e institutos que atuam na região por conta da sua altitude muito inferior aos demais ecossistemas, chegando a ser, em média, de 100-m. Além disso, possui baixa vegetação, gramíneas, que é uma espécie de planta resistente a bruscas mudanças de clima, além de pequenos bosques.

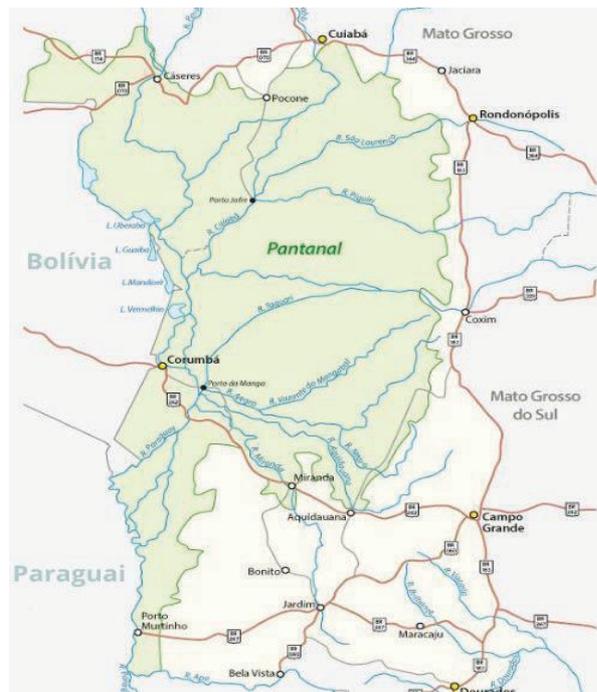
O Pantanal atravessa dois estados brasileiros: o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo dividido entre Pantanal Norte ou Amazônico e Pantanal Sul ou Maior, além de dois países vizinhos, o Paraguai e Bolívia. Possui uma área territorial de aproximadamente 210 mil km², onde 150.355 km² estão localizados em território brasileiro, segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) e onde correm os rios Piquiri, Taboco, Taquari, Itiquira, Correntes, Paraguai e Vermelho, formando a maior planície inundável do mundo, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Apesar de muitos considerarem o Pantanal como uma extensão do bioma Cerrado, principalmente por conta da sua flora e fauna típicas do ecossistema vizinho, muitos animais de origem serrana nunca adentram na planície pantaneira, o que deixa claro que os limites entre os biomas servem tanto para separar a fauna distinta e

diversificada das duas localidades, quanto também funciona como uma porta de entrada para a dispersão de outras espécies.

A planície pantaneira ainda sofre influências dos outros ecossistemas que a cerca, como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Chaco, além do Cerrado. Existem cerca de 132 espécies de mamíferos catalogados no bioma, sendo 2 delas endêmicas, ou seja, que só existem no Pantanal, além de 463 tipos de aves, 263 espécies de peixes, 113 de répteis e 41 de anfíbios, registrados no último levantamento feito pelo IBF. É provável que existam ainda muitas espécies que ainda não foram catalogadas. Já no quesito flora, o bioma possui cerca de 1.197 espécies de plantas e árvores reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas muitas espécies ainda não foram descobertas.

Figura 1: Território geográfico do Pantanal



Fonte: Brasil Escola – UOL

1.2 As queimadas no Pantanal

Pesquisa realizada pelo Instituto Homem Pantaneiro em 2019¹ teve como objetivo analisar os focos de incêndio no Pantanal entre e 01/01/2000 a 31/12/2016, utilizando-se de dados vetoriais do IBGE, ANA e Instituto Nacional de Pesquisas

¹ Pesquisa disponível no e-book “Pantanal: O Espaço Geográfico e as Tecnologias em Análise” de 2019: <<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/03/E-book-Pantanal-O-Espa%C3%A7o-Geogr%C3%A1fico-e-as-Tecnologias-em-An%C3%A1lise.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

Espaciais (INPE). Foram constatados, ao longo dos 16 anos analisados, que os focos de incêndio oscilaram de um período para o outro, totalizando aproximadamente 460 mil focos de calor somente no Pantanal.

Figura 2: Quantitativo de focos de incêndio por ano no Pantanal (2000-2016)



Fonte: e-Book "Pantanal: O Espaço Geográfico e as Tecnologias em Análise" (2019)

Essa característica do bioma acontece por inúmeros motivos naturais e não naturais. Por possuir um clima tropical, o local acaba tendo duas estações do ano muito bem definidas: o verão, que possui altas temperaturas e chuvas mais intensas, ocasionando em uma maior umidade do ar, e o inverno que, além de também possuir altas temperaturas, não há presença de chuva. Outro motivo relevante para entender o número elevado de focos de incêndio no Pantanal é o complexo sistema hídrico, que acaba formando diversas ilhas e não se mantém regular por muito tempo.

Entretanto, apesar do fogo já fazer parte do bioma, segundo o especialista em mudanças climáticas globais e problemas ambientais e professor de Física da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Artaxo, "A natureza pode intensificar a existência de uma queimada, mas uma região úmida como o Pantanal dificilmente pega fogo naturalmente." (informação verbal)². Essa declaração nos leva ao último e mais preocupante motivo das queimadas no Pantanal: a ação do homem.

A descoberta do fogo é considerada até hoje como um dos marcos mais importantes da sociedade, e a origem dos focos de incêndio em florestas e biomas está diretamente atrelada à cultura do uso deste elemento. De acordo com Ribeiro (1995), a formação do povo brasileiro e o encontro entre povos indígenas e portugueses geraram conflitos em diversos níveis, principalmente no ecológico, a

² Declaração fornecida por Paulo Artaxo ao Jornal do Campus de 24 de setembro de 2020. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/por-que-o-pantanal-esta-em-chamas/>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

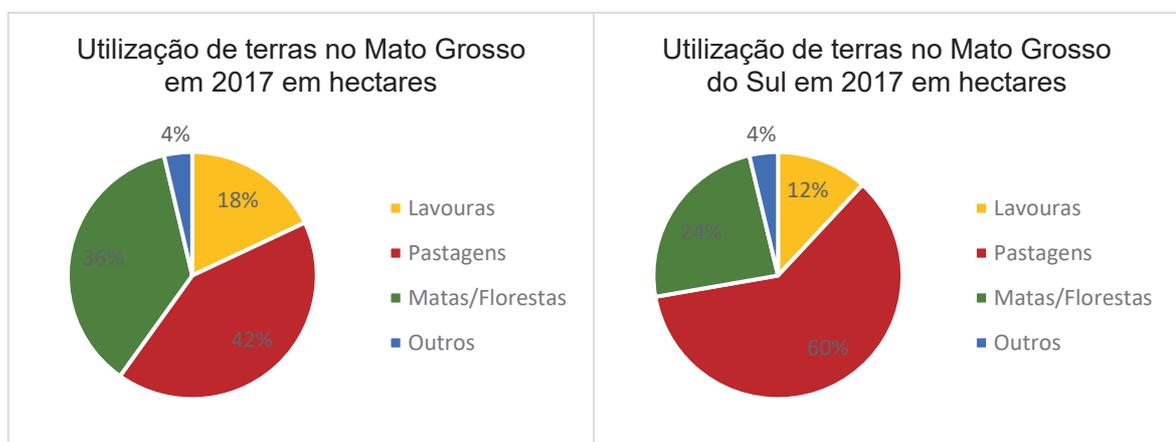
partir das disputas de território, das matas e florestas, e a exploração de riquezas naturais para fins comerciais.

Registros históricos encontrados no livro “Biodiversidade no Pantanal de Poconé”, publicado em 2010, indicam que diversas tribos indígenas habitaram o bioma antes da chegada dos lusitanos, como os povos de etnias Bororos, Guaranis, Guatós, Xarayes, Guaxarapos Kaiowas, Guaikurús e Paiaguás. Hoje, segundo um levantamento do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASA-UFRJ), restam apenas 7 tribos no local que, com as grandes queimadas ocorridas em 2020, acabaram perdendo mais de 300 mil hectares de terras indígenas.

Hoje, com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, o povoamento do Pantanal criou uma característica a mais existente no bioma: a atividade pecuária. O desmatamento das florestas para a criação de pastos tornou o local não só com focos de incêndios crescentes, mas também com um conglomerado de estabelecimentos agropecuários.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, apenas no estado do Mato Grosso havia 118,7 mil estabelecimentos agropecuários, ocupando territorialmente o equivalente à, aproximadamente, 361 cidades de São Paulo; enquanto no Mato Grosso do Sul havia 71,2 mil estabelecimentos do mesmo tipo, se alastrando para quase 201 cidades com o tamanho da capital paulista. Hoje, após quatro anos deste levantamento, é muito provável que esses números já tenham sido aumentados em grande escala.

Gráfico 1: Utilização de terras no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 2017 em hectares



Fonte: Gráfico adaptado de Censo Agro 2017 (IGBE)

As fortes queimadas no Pantanal, que foram se alastrando desde janeiro de 2020, fez com que o bioma registrasse proporções inéditas de desmatamento e focos de incêndio desde o fim da década de 90, quando foi iniciado o monitoramento realizado pelo INPE. O tamanho do território atingido, divulgado em abril de 2021, já contabiliza 4,5 milhões de hectares, passando por 21 municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de acordo com o relatório técnico divulgado pelos setores de geoprocessamento do Ministério Público dos dois estados.

Figura 3: Notícia 1 - Queimadas no Pantanal



Fonte: G1

Buscando dimensionar o tamanho da destruição ocorrida no Pantanal, chegamos em dados extremamente alarmantes: somente no mês de setembro de 2020, bateu-se o recorde de maior número de focos de incêndio da história, com 8.106 pontos de queimadas, de acordo com o INPE. O famoso Parque Estadual Encontro das Águas, habitat natural da onça pintada, espécie nativa da região e ameaçada de extinção, localizado no Mato Grosso e dentro do Pantanal, foi destruído em maior parte de sua totalidade, cerca de 85%, segundo o Instituto Centro Vida (ICV).

Com isso, a região enfrentou a maior seca em mais de 50 anos, o que afetou todo o ecossistema do Pantanal. Árvores, animais e seres humanos respirando o mesmo ar tóxico, seco e prejudicial à saúde. Com a falta de chuva, o nível do Rio Paraguai, um dos principais rios do mosaico hídrico do bioma, atingiu o marco “zero” na régua de porto no Mato Grosso do Sul.

No mesmo mês em que os números de focos de incêndio bateram todos os recordes, uma força tarefa foi criada junto com órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), voluntários, universidades e brigadistas para calcular o

número de perdas de animais da região. Participaram os representantes de grandes instituições brasileiras, especializadas no monitoramento e na preservação do meio ambiente, como o ICMBio, Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e diversos outros.

A análise foi realizada através da contagem de carcaças queimadas, mas o processo acabou enfrentando uma grande dificuldade: todo o trabalho precisou ser feito em até 72 horas após a queimada na região pois, após este período, as ossadas começariam a desaparecer e serem imperceptíveis para os pesquisadores, o que fez com que muitos animais não fossem contabilizados na análise.

Figura 4: Jacaré queimado no Pantanal



Fonte: Christine Strussmann/Arquivo Pessoal

Nos primeiros resultados, o projeto Bichos do Pantanal, entidade participante da força-tarefa, estimou a ocorrência de 30% e 35% de perdas de espécies de plantas, enquanto aproximadamente 20% de mamíferos tenham sido mortos em decorrência das queimadas. Atualmente, em abril de 2021, o pesquisador Walfrido Thomas, membro do Laboratório de Vida Selvagem da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Pantanal, afirma que:

Nossa estimativa preliminar, por enquanto, - pois estamos na fase de análise de dados ainda - já está mostrando que morreram mais de 10 milhões de animais. Não temos um número preciso e não sabemos dizer ainda, mas foram milhões e milhões de animais que morreram. É assustador, pois quando a gente olha para os animais que mais morreram, 60% são serpentes, depois vêm os pequenos mamíferos, roedores, pássaros pequenos e depois os animais de grande porte, que morrem em uma quantidade menor. Os

números, quando a gente terminar a análise, será assustador nessas áreas que queimaram. (informação verbal)³

Traçando uma linha do tempo dos acontecimentos, foi lançado no final de 2020 um pequeno documentário realizado pelo Polo Socioambiental - Sesc Pantanal⁴, onde diversos atores de combate às queimadas, como brigadistas, guarda-parques, pesquisadores, biólogos e veterinários, puderam dar seus depoimentos sobre os tristes dias que presenciaram. Entre diversas falas impressionantes, alguns brigadistas relatam que, em 40 anos de vivência no Pantanal, acostumados a conter o fogo todos os anos, nunca viram chamas com labaredas tão grandes e que se espalhassem de forma tão rápida.

Figura 5: Queimadas atingem um pasto da Fazenda São Francisco de Perigara, em Barão de Melgaço, Mato Grosso



Fonte: Lalo de Almeida/Folhapress

1.3 A origem das queimadas de 2020 e ação do homem

Muitos motivos ainda dificultaram o trabalho de todos os brigadistas e voluntários no combate ao fogo. Uma dessas causas foi o tempo muito seco, que fez com que, entre outubro de 2019 e março de 2020, as chuvas tivessem uma queda de 40%, sendo a menor média em comparação com os mesmos períodos anteriores, segundo a Embrapa.

A ausência do fenômeno conhecido entre os especialistas da área como “rios voadores”, que leva uma grande corrente de umidade originada da Amazônia para

³ Entrevista concedida por Walfrido Thomas, pesquisador do Laboratório de Vida Selvagem da Embrapa Pantanal, para o programa Globo Repórter, transmitido pela Rede Globo no dia 30 de abril de 2021.

⁴ Documentário disponível na página oficial do Sesc Bertioga, publicado em 19 de novembro de 2020.

outras regiões ao sul do país, também foi um empecilho. Com o desmatamento do maior bioma do Brasil, que também acontecia simultaneamente com as queimadas no Pantanal, a corrente de umidade nunca conseguiu chegar aos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que continuaram extremamente secos.

Apesar de todos os motivos para o fogo ser um difícil adversário, como ainda a grande quantidade de ventos na região, áreas de difícil acesso e o fogo subterrâneo, a falta de conscientização é uma das maiores causas das queimadas no Pantanal. Segundo Júlio Sampaio, especialista da World Wide Fund for Nature (WWF):

O fogo que estamos vendo no Pantanal não é natural. Ele poderia ser evitado. Há medidas que poderiam ser tomadas para diminuir a severidade desses incêndios. O problema é que no Pantanal existe essa cultura do uso do fogo como ferramenta de trabalho entre fazendeiros e ribeirinhos. (informação verbal)⁵

Entre os meses de junho e julho de 2020, a Polícia Federal analisou os principais focos de incêndio e constatou que a origem do fogo foi por conta de ações humanas, segundo o Delegado Daniel Rocha (informação verbal)⁶. Com isso, quatro fazendas foram investigadas, após imagens de satélite captarem o início do fogo dentro das propriedades rurais, o que indica que a área estava sendo desmatada para a criação de pastos.

Figura 6: Notícia 2 - Fazendas investigadas por incêndios no Pantanal



Fonte: CNN Brasil

As quatro fazendas investigadas são qualificadas como grandes propriedades, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a variação

⁵ Entrevista concedida por Júlio Sampaio, especialista da WWF, para uma matéria da British Broadcasting Corporation (BBC) em 17 de setembro de 2020.

⁶ Entrevista concedida pelo Delegado Daniel Rocha à CNN Brasil em 16 de setembro de 2020.

geográfica do tamanho dos módulos fiscais – uma unidade de medida utilizada pela indústria agrária no Brasil e que varia de cidade para cidade - adotadas pelo município de Corumbá. Na região, as fazendas que possuem mais de 1.650 hectares já são consideradas como grandes propriedades.

Tabela 1: Fazendas investigadas pela Polícia Federal em setembro de 2020

| Fazenda | Proprietários | Área em hectares | Área em módulos fiscais* |
|--------------------|--|------------------|--------------------------|
| Califórnia | Hussein Ghandour Neto | 1.736 | 15,78 |
| Campo Dania | Pery Miranda Filho e Dania Tereza Sulzer Miranda | 3.061,67 | 27,83 |
| São Miguel | Antônio Carlos Leite de Barros | 33.833,32 | 307,58 |
| Bonsucesso | Ivanildo da Cunha Miranda | 32.147,06 | 292,25 |

Fonte: Adaptado de G1

*O tamanho do módulo fiscal considerado em Corumbá é 110 hectares, segundo a Embrapa.

Segundo as imagens captadas pelo satélite e analisadas pela Polícia Federal, o primeiro incêndio teve início no dia 30 de junho, dentro da fazenda Califórnia; depois, outro foco foi identificado em Campo Dania no dia 1º de julho; em Bonsucesso, o fogo começou no dia 14 de julho e, por fim, na fazenda São Miguel, no dia 16 de julho. Para ter certeza da veracidade das imagens, o órgão sobrevoou a área das quatro propriedades e fez registros fotográficos do local, onde foram confirmados os incêndios.

De acordo com a Polícia Federal, se as suspeitas forem constatadas, os responsáveis poderão responder pelos crimes descritos nos artigos 38, 40 e 54 da Lei nº9.605/98, que diz:

Art. 38-A. Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006).

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006).

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006).

(...)

Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

(...)

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (BRASIL, 1998)

No dia 14 de setembro de 2020, foi deflagrada a operação Matáá⁷, que cumpriu com 10 mandatos de busca e apreensão em Corumbá e demais regiões investigadas. O fazendeiro Pery Miranda Filho, proprietário da fazenda Campo Dania, foi preso em flagrante por porte ilegal de armas e munição. Em sua casa, foram encontradas um revólver, duas pistolas, 108 munições de uso permitido e 44 munições de uso restrito, segundo o relatório da Polícia Federal. Apesar do crime ser inafiançável, Pery acabou sendo solto no dia seguinte após uma determinação judicial.

Além disso, foram apreendidos documentos e celulares em duas fazendas da área de Corumbá. Nos aparelhos telefônicos continham algumas mensagens de mandantes que diziam para atear fogo em regiões que fossem distantes dos locais fiscalizados pelo Ibama, conforme foi revelado pelo delegado Rubens Lópes da Silva durante a 2ª reunião extraordinária da Comissão externa realizada em 25 de março de 2021.

Entretanto, apesar das investigações ainda estarem em andamento desde setembro de 2020, não foram aplicados novos mandados de prisão ou qualquer outra punição para os envolvidos nas queimadas no Pantanal.

⁷ O nome da operação, “Matáá”, faz referência à palavra “fogo” no idioma Guató, originado dos índios pantaneiros Guató, que ainda habitam nas áreas atingidas pelas queimadas.

2. AS RELAÇÕES PÚBLICAS E O MEIO AMBIENTE

2.1 A profissão de relações públicas

O Brasil possui um dos maiores mercados de relações públicas do mundo, se considerarmos que, entre as 250 maiores agências de relações públicas do planeta, 4 são brasileiras, segundo o ranking realizado em 2021 pela The Holmes Report: FSB Comunicações (47º), Grupo Inpress (80º), Grupo CDI (194º) e Approach (249º).

Entretanto, apesar da profissão ter seu espaço, o seu conceito ainda provoca discordâncias entre estudiosos e confusão entre pessoas externas à área. Isso ocorre porque o termo “relações públicas” se enquadra como um termo polissêmico, ou seja, que possui diversos significados, gerando então diversas interpretações. (MIERA, 1973).

Algumas definições encontradas na literatura especializada internacional podem indicar que a área de relações públicas pode ser conceituada como:

A humanização das relações no campo dos negócios, consistindo num esforço para compreender a consciência e a sensibilidade do homem, em busca do interesse e da compreensão do público para os problemas de um cidadão, de um grupo ou de uma empresa” – Eugene Holman, ex-presidente da Esso dos Estados Unidos da América. (...) “Relações Públicas é a filosofia administrativa de uma organização” – D. H. Plackard e Clifton Blackman, no livro “Blueprint of Public Relations”. (...) “Relações Públicas são as relações de um indivíduo ou de uma instituição que são públicas e têm relevância social” – Harwoold L. Childs. (...) “Relações Públicas é a soma total de todas as impressões produzidas por uma instituição e pelas várias pessoas ligadas a ela” – W. Emerson Reck na obra intitulada “Public Relations”. (...) “Relações Públicas constituem uma atividade de direção. Elas observam e analisam a atitude do público, ajustando a política ou o comportamento de uma pessoa ou organização de acordo com o interesse geral. Elas aplicam um programa de ação a fim de obter a compreensão e a simpatia ativas do público” – Standard Public Relations Handbook. (...) “Relações Públicas são o que o nome diz: relações com o público em geral ou com determinado público” – Herbert M. Baús, autor da obra “Public Relations at work”. (...) “Relações Públicas são uma filosofia e um método (de comportamento) frente ao julgamento da opinião pública” – Maldwin e Mayer. (ANDRADE, 2001, p.33-37)

Já entre os pesquisadores nacionais, os mais conhecidos e referenciados afirmam que há uma diversidade ainda maior acerca do termo “relações públicas” no Brasil. Esse é o caso de Kunsch, Moura e Scrofernerker, Simões e Poyares. Entretanto, há uma definição brasileira, conceituada pela Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) em 14 de fevereiro de 1995, que é, atualmente, a melhor aceita dentro do mercado, na academia e entre os estudiosos:

Entende-se por Relações Públicas o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão

mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente. (ANDRADE, 2001).

É importante lembrar que o debate sobre a multidiversidade de conceitos, que hoje determinam a atividade de relações públicas no país, só foi possível e instigado após a instituição da Lei nº 5.377, de 2 de dezembro de 1967, que regulamentou a profissão. A Lei define o exercício das Relações Públicas em suas atividades específicas:

- a) a informação de caráter institucional entre a entidade e o público, através dos meios de comunicação;
- b) a coordenação e planejamento de pesquisas da opinião pública, para fins institucionais;
- c) a planejamento e supervisão da utilização dos meios audio-visuais, para fins institucionais;
- d) a planejamento e execução de campanhas de opinião pública;
- e) ao ensino das técnicas de Relações Públicas, de acordo com as normas a serem estabelecidas, na regulamentação da presente Lei. (BRASIL, 1967)

Hoje, algumas atividades como assessoria de imprensa, gestão estratégica de rede sociais, gestão de crises, comunicação interna e institucional, gestão de eventos, produção audiovisual e relacionamento com governos e outros tipos de públicos, que permeiam a esfera das organizações públicas e privadas, são consideradas como as principais atividades exercidas no mercado de trabalho das relações públicas.

2.2 O posicionamento das relações públicas diante das pautas ambientais

Segundo Henriques e Silva (2017), em seu artigo “Mudanças Climáticas: uma questão de Relações Públicas?”, a pauta sobre mudanças climáticas dentro dos estudos acadêmicos de Relações Públicas ainda é uma área que precisa ser amplamente explorada e desenvolvida.

O estudo realizado pelos dois autores foi feito a partir de duas revisões bibliográficas de diferentes perspectivas sobre o tema, que visam compreender e afirmar como artigos deste tipo, assim como outros estudos dentro da área de relações públicas, podem contribuir positivamente nas discussões sobre mudanças climáticas em todo o mundo.

A primeira revisão bibliográfica proposta pelos autores é fundamentada nas batalhas travadas pela opinião pública quando o assunto são mudanças climáticas. A partir das teses de grandes teóricos e do sociólogo britânico Anthony Giddens, que

afirmou em 2009 que as discussões ocorridas nas últimas décadas e gerações sobre a existência e os impactos das mudanças climáticas eram verdadeiras “*climate wars*”, ou seja, “guerras climáticas”, os autores puderam traçar uma linha de pensamento que se surgiu junto com o tema. (HENRIQUES; SILVA, 2017).

Realizando uma análise temporal e utilizando-se de pesquisas de opinião realizadas ao longo da história no Brasil e no mundo, foi possível destacar certas polarizações, que perpetuavam e ainda perpetuam entre o negacionismo e o consenso junto aos cientistas, que afirmam a existência do aquecimento global e relacionam suas causas às ações humanas.

Antes de nos aprofundarmos na pesquisa realizada, é importante conceituar inicialmente e brevemente o conceito de “opinião pública”, que será de grande valia para as compreensões e reflexões que serão levantadas e discutidas ao longo deste trabalho.

O termo “opinião pública” possui uma ampla circulação nos meios acadêmicos, no jornalismo, na política e nas mídias digitais – como os “formadores de opinião”, “influenciadores” ou “*digital influencers*”, como descreve Martino e Marques (2020, p. 66).

Os estudos sobre a opinião pública surgiram a partir das instituições dos conceitos de “massa” e “multidão” em meados de 1920. (LIPPMANN, 2009). No período, a expressão “meios de comunicação de massa” estava sendo utilizada para designar “o conjunto dos *media* que, como a imprensa industrial, o rádio e a televisão, atingem um público alargado, diversificado e não individualizável”, de acordo com Rodrigues (2000, p. 32).

Hoje, podemos descrever como meios de comunicação de massa a televisão, os impressos (revistas, jornais e livros), o rádio, filmes e, se tornando cada dia mais massiva, a internet. Com isso, é de extrema importância diferenciar os termos “público” e “massa”. A mídia é o lugar central na formação das opiniões a partir das “imagens” que cria na mente das pessoas que estão expostas à mensagem, ou seja, é um fator de suma relevância para formação da opinião pública. (LIPPMANN, 2009).

Em virtude disso, podemos afirmar que a opinião pública se trata de uma opinião da massa, mas não necessariamente criada pelas massas, mas, sim, de uma perspectiva de uma opinião formada e divulgada intencionalmente para ser circulada entre os públicos sociais relevantes politicamente.

Retornando para o estudo realizado por Henriques e Silva (2017), na segunda revisão bibliográfica, os autores procuram denunciar e trazer à tona as atividades praticadas pela área de relações públicas no decorrer das discussões sobre a temática, que por muito tempo tentaram trazer a opinião pública para o lado contrário à ciência.

Eles citam o jornalista norte-americano Ross Gelbspan como um dos primeiros autores a denunciar os esforços da indústria de energia, que pretendia aniquilar a pauta sobre o aquecimento global em 1955, utilizando como principal ferramenta as relações públicas.

As empresas do setor, formadas em grupos fundados pelas próprias indústrias, como a *Global Climate Coalition*, haviam investido muito dinheiro em agências de relações públicas, como a Burtson-Marsteller, com o intuito de interferir na criação de políticas públicas favoráveis à pauta de mudanças climáticas, como a limitação de emissões de carbono que, uma vez atribuídas com força de lei, poderiam limitar também o desenvolvimento das atividades dessas empresas e impactar em seus lucros. (GELBSPAN, 2004).

O jornalista ainda rastreou a movimentação financeira dessas empresas e descobriu que elas estavam diretamente ligadas aos cientistas céticos da época, que defendiam que o aquecimento global não era uma pauta real. (HENRIQUES; SILVA, 2017). Ou seja, eles eram pagos para disseminar o que hoje chamamos de *fake news*, que significam todas as informações difundidas por meios de comunicação que se disfarçam de veículos jornalísticos e que difundem informação comprovadamente incorreta para enganar seu público. (ALLCOTT; GENTZKOW, 2016).

Depois, a indústria de energia conduziu uma campanha de relações públicas focada em vender a noção de que a ciência é sempre incerta, fazendo com que as opiniões contrárias fossem amplificadas através dos meios de comunicação de massa. Concluindo, a campanha não só criou duas opiniões contrárias a cerca de um fato científico, mas como também privatizou a verdade. (GELBSPAN, 2004).

Além de Gelbspan, os autores do artigo ainda apresentam John Stauber e Sheldon Rampton, criadores da obra "*Trust Us, We're Experts!*", publicada em 2002 e que buscava criticar e monitorar as atividades das agências de relações públicas. Antes disso, Stauber já havia criado o Center for Media and Democracy (CMD), em 1993, que reforçava ainda mais este monitoramento. A iniciativa é considerada desde

então como um o órgão pioneiro de “vigilância civil sobre relações públicas”. (HENRIQUES; SILVA, 2018, p.154)

Hoje, podemos perceber que maioria dos esforços da área de relações públicas organizacionais estão atrelados à responsabilidade socioambiental corporativa, após pressões institucionais e a competitividade de mercado à cerca das questões sociais e ambientais. Segundo Brammer e Pavelin:

“O grau de responsabilidade assumida por uma empresa quanto a seus papéis socioambientais parece ter se tornado um elemento definidor da imagem e da identidade de empresas, e um aspecto relevante no seu julgamento público e nas atitudes dos indivíduos, sejam eles investidores, consumidores ou colaboradores, sobre as corporações e suas marcas.” (BRAMMER; PAVELIN, 2006)

Ou seja, empresas e marcas têm sido cada vez mais presentes nos debates sociais e ambientais, pois essa demonstração de importância e de conhecimento consolida imagens e reputações mais positivas diante da sociedade. Portanto, podemos utilizar como definição para o termo “Responsabilidade Social Corporativa” o que Carroll (1991, p. 40) descreve como: “A atenção dada por uma empresa ao cumprimento de suas responsabilidades para com múltiplas partes interessadas (*stakeholders*) que existem nos níveis econômico, jurídico, ético e filantrópico”⁸.

Mas, para chegar nessa atividade das relações públicas - que hoje faz parte do dia a dia de milhares de profissionais brasileiros da área e, se executada com ética e transparência, pode ser uma ótima ferramenta para alcançar a harmonia entre interesses públicos e privados - passamos por diversos cenários políticos, econômicos e sociais.

Peruzzo (1986, p. 21) já salientava no século XX que a profissão nasceu em um contexto em que os antagonismos de classe se evidenciam e que se posicionam a favor do capital. Isso porque, o primeiro escritório e as primeiras estratégias de relações públicas surgiram nos Estados Unidos, quando o empresário John D. Rockefeller Júnior contratou os serviços de Ivy L. Lee, de acordo com D’Azevedo (1971, p. 19).

Rockefeller, descrito por Peruzzo (1986, p. 20) como “o homem mais impopular dos Estados Unidos na altura”, conseguiu, através das relações públicas aplicadas por Lee, transformar sua imagem de “homem odiado pela opinião pública consciente (...) em herói, em santo”, como cita Leite (1971, p. 6). Segundo D’Azevedo:

⁸ Tradução: Marcos Cohen, Flávia Cavazotte, Taissa Costa e Karina Ferreira.

O sucesso na alteração da imagem pública de John D. Rockefeller Sênior, de um 'velho capitalista voraz' para a de um amável ancião, que dava tostões a crianças e milhões de dólares para obras de caridade, tornou-se uma legenda (...) não só nos Estados Unidos, mas também em todo o mundo, que começava a despertar para os problemas de relações públicas." (D'AZEVEDO, 1971, p.19)

Portanto, podemos dizer que a área de relações públicas possui algum lado no modo de produção capitalista? Atua do lado das classes dominantes ou das dominadas? Das grandes empresas, organizações e indústrias ou do lado dos operários? Ou melhor: do lado do explorador ou da defesa ecológica? Nenhuma das perguntas podemos afirmar sua resposta, mas é evidente a participação da profissão no processo capitalista do Brasil.

Além da atuação privada, indícios encontrados na história e nas relações públicas governamentais atuais, que serão apresentados nas próximas páginas, podem apontar que a missão de harmonia social não vem sendo bem desenvolvida nos moldes da comunicação pública brasileira.

2.3 As relações públicas na construção de uma nação capitalista

Já entendemos até aqui como a área de relações públicas tem se posicionado em uma perspectiva organizacional quando o assunto é meio ambiente. Mas, como as relações públicas têm se comportado na esfera da comunicação pública e nas relações governamentais? É preciso lembrar as origens da profissão no Brasil e os motivos que desencadearam o cenário que presenciamos atualmente.

O primeiro departamento de relações públicas surgiu no Brasil no ano de 1951, dentro da Companhia Siderúrgica Nacional, estatal criada em 1941 através de um decreto-lei assinado por Getúlio Vargas e, posteriormente, privatizada em 1933 (CHAVES, 1962).

A industrialização baseada na fomentação da siderurgia no país era uma tentativa de promover relações de trabalho pautadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e evitar as lutas de classes (HAAG, 2011). Antes de 1930, muitas atitudes davam forma aos movimentos operários, que pressionavam a classe dominante através de greves e lutas, resultantes em mortes e prisões. (PERUZZO, 1986).

Com isso, as relações públicas surgem no Brasil de mãos dadas com a industrialização e todos os seus problemas administrativos internos e externos,

principalmente acerca da quantidade de públicos que voltaram seus interesses para as novas empresas que surgiam no país, conforme salienta Pereira:

“[Por se situarem-se como] sustentáculos do desenvolvimento industrial, as indústrias de base enfrentam sérios problemas que recomendam o emprego da moderna técnica de ‘relações públicas’. As proporções de suas instalações, o vulto de seus capitais e rendimento financeiro, assim como o fato de ocuparem uma posição-chave em qualquer quadro econômico, fazem com que sobre as indústrias de base convirjam as atenções dos diversos públicos e dos círculos de maior influência administrativa. (...) No Brasil as indústrias de base (...) [são] na maioria dos casos o resultado de conjugação do emprego de capitais públicos e privados, as chamadas empresas de economia mista. Isto ocasionou uma duplicação dos problemas pelo aumento do número de “públicos” a atender pelas empresas, já que a existência de dinheiro do governo induz todas as camadas populares a atentarem para a vida das empresas.” (PEREIRA, 1962, p. 184)

Antes de adentrarmos na comunicação pública brasileira, é importante que seja ressaltado os moldes em que a profissão de relações públicas surgiu: com o papel de consolidar e disseminar o capitalismo industrial. (PERUZZO, 1986).

É claro que não podemos atribuir uma “culpa” do capitalismo exacerbado vigente e as suas consequências no meio ambiente à área de relações públicas, mas podemos afirmar sua participação como uma das ferramentas principais que estruturaram os problemas gerados por esse modelo de governo, produção e consumo. Segundo Peruzzo:

“O Estado reconhece que é importante existirem relações não conflitantes entre as classes sociais, para a expansão do capitalismo no país. O capital e o trabalho devem harmonizar-se na fase de acumulação do capital e início da industrialização.” (PERUZZO, 1976, P. 71)

Com a Revolução Industrial e a chegada das indústrias de base no Brasil, foi construída uma nova relação entre o homem e o meio ambiente - apesar da exploração ambiental já acontecer no Brasil desde a chegada dos lusitanos e essa mentalidade predatória em busca de capital ter sido transmitida de geração em geração durante nossa gestação étnica, resultando nos brasilíndios ou mamelucos, filhos de “pais brancos, a maioria deles lusitanos, sobre mulheres índias”, como descreve Ribeiro (1995, p. 106).

Essa nova relação permitiu que as pessoas encarassem a deterioração dos recursos naturais como necessários para a evolução da vida e para o progresso das nações, alimentando os anseios consumistas, de *status* social e monetários, estimulados principalmente pela mídia e incentivados pelos governos. (GANZALA, 2018).

Não só as relações entre o homem e a natureza foram modificadas, mas também a conexão entre as empresas, entidades e grupos com o sistema político. Esses vínculos culminaram em estratégias de relacionamento que podem ser bastante prejudiciais para o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, muito assertivas e eficazes, se utilizadas de maneira ética e transparente.

2.3.1 Lobby

As relações públicas governamentais existem desde a época do Brasil colônia, e o início das atividades das primeiras indústrias em meados de 1880 traçou significativamente a formação econômica do país, além de determinar os setores da sociedade que são mais organizados e possuem maior influência sobre o Congresso Nacional e sobre o governo atualmente. Segundo Galvão:

O crescimento industrial, especialmente no caso da cidade do Rio de Janeiro esteve relacionado com a organização dos interesses dos industriais em associações de classe com a sua influência sobre o Congresso e sobre o Governo. A determinação de tarifas e do orçamento governamental fora instrumentos de políticas públicas que tiveram forte participação dos grupos industriais em sua discussão. Esse fenômeno é apontado como um processo cíclico de pressão e influência: a organização dos interesses dos industriais gera crescimento industrial, que, por sua vez, aumenta a influência política desse setor. (GALVÃO, 2016, p. 29)

O “processo cíclico de pressão e influência”, citado por Galvão (2016, p. 29), e adotado pelas primeiras indústrias brasileiras, é que chamamos, em relações públicas governamentais, como *lobby*. A expressão surgiu na Inglaterra para descrever os jornalistas que esperavam horas nos saguões (*lobbies*) das casas de parlamentares e legisladores, na esperança de conseguir alguma entrevista. (Duarte et al, 2006)

O *lobby* consiste em um esforço, realizado por uma empresa ou entidade, para influenciar as decisões do poder Executivo ou Legislativo. Segundo Lodi (1986, p.3), “[o lobby] é a ação de influenciar sobre o tomador de decisão na esfera do poder público”.

Muitos outros autores acabaram atribuindo significados alternados, mas não distantes do conceito inicial, para a atividade de *lobby*. Simões (1995, p.169), por exemplo, a definiu como um “instrumento que liga a esfera micropolítica com a macropolítica, colocando o poder organizacional em função com o poder legislativo de uma instância do governo de um país”. Fato é que, independentemente da concepção sobre *lobby*, podemos afirmar que se trata de uma ação de influência governamental.

Galvão (2016, p.77) descreve dois tipos de *lobby*: o direto e o indireto. O *lobby* direto ocorre quando a mira da influência são as políticas públicas, através dos agentes públicos que possuem tomada de decisão ou que participem desse processo. Já o *lobby* indireto é realizado por meio de intermediações, podendo até se fortalecer em grupos influentes que possam exercer esse papel de comunicação.

Portanto, podemos destacar as seguintes características e diferenças do *lobby* direto e indireto:

Tabela 2: Características e diferenças entre o lobby direto e indireto

| Lobby direto | Lobby indireto |
|--|--|
| O objetivo da comunicação é influenciar sobre decisões que pautem em políticas públicas | O objetivo da comunicação é influenciar sobre decisões que pautem em políticas públicas |
| Há um interesse do agente privado em realizar essa influência (na maioria dos casos, interesses empresariais – capitalistas) | Há um interesse do agente privado ou dos grupos de pressão |
| Existe uma comunicação direta entre o agente interessado e o agente público tomador de decisão | Não existe uma comunicação direta com os agentes públicos tomadores de decisão, que é feita por meio de intermediários |

Fonte: Adaptado de Galvão (2016, p. 77-79).

Os intermediários, utilizados na comunicação do *lobby* indireto, ainda podem se caracterizar como grupos de *lobby* de base, que são as pessoas comuns, cidadãos e que podem fazer parte, ou não, da base eleitoral do agente público que será influenciado; ou, designadas como *lobby* de topo, que são constituídos de líderes comunitários, associações, celebridades, influenciadores digitais, ou qualquer outra personalidade que já possua uma rede de influência. (GALVÃO, 2016).

O ponto de maior divergência entre os autores, profissionais e pensadores contemporâneos a respeito do lobby não é sobre o seu conceito, mas sim sobre sua contribuição positiva ou negativa sobre uma democracia. Ferreira (1997, p.87) pontua que os grupos de pressão são “extremamente perigosos para a democracia”, pois acarretam a falência dos partidos políticos. Já para Lodi (1986, p. IX), os grupos de interesse, que são efetivamente organizados, são os únicos que, de fato, praticam o verdadeiro e transparente *lobby* no Brasil.

Quando perguntado se o lobby possui um papel fundamental numa democracia, Mancuso diz que há dúvidas quanto a isso:

O *lobby* lícito é compatível com uma série de direitos estabelecidos pela Constituição, tais como a liberdade de manifestação de pensamento, direito à expressão, o direito à petição aos poderes públicos, em defesa dos direitos, contra ilegalidades ou abuso de poder. Tudo isso, se certa forma, é a consagração de sua participação no processo decisório. Então, lobby tem um

papel fundamental. Uma questão que acho que da maior relevância é diminuir os riscos de essa participação cair para o lado negativo e tentar potencializar o lado positivo. Esse é o grande desafio. (MANCUSO, 2011, p. 193)

E não há como negar que discordâncias a respeito do *lobby* não tenham motivos concretos para existir. A atividade é regulamentada nos Estados Unidos desde 1946 e exige o registro de empresas e pessoas físicas dedicadas à atividade, além de diversas regras que possuem força de lei. No Brasil, o *lobby* não é regulamentado e as primeiras organizações que praticaram a atividade no país foram estrangeiras, como a Light. (DUARTE et al., 2006).

O senador Marco Maciel, ex-presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, foi o primeiro a elaborar um Projeto de Lei que demandava a regulamentação do *lobby* no país em 1990, mas a PL continua em tramitação no Plenário. Algumas das principais exigências do documento é a obrigação de registro do lobista que atua no Congresso Nacional, além da sua prestação de contas com todos os gastos voltados para suas atividades, seus contratantes e projetos que participa. (DUARTE et al., 2006).

Com a falta de regulamentação, a visão do *lobby* acaba sendo bastante pejorativa, sendo atrelada à corrupção, propina, abuso de poder, ou favorecimento de setores da sociedade que possuem maiores recursos para realizar *lobby* ou são mais organizadas institucionalmente.

Entretanto, como Gozetto e Mancuso (2011, p. 122) elaboram, o *lobby* lícito, ou seja, aquele executado de forma transparente e honestamente, “pode constituir-se em instrumento democrático de representação de interesses, ao trazer contribuições positivas para os tomadores de decisão, a opinião pública, os interesses representados e o sistema político como um todo.”

Porém, apesar do *lobby* lícito ser um recurso interessante e eficiente de se fazer ouvir os anseios da sociedade, ainda constatamos muitos lobistas envolvidos em escândalos políticos denunciados pela mídia, como em casos de corrupção ativa e passiva, fraude de concorrências e muitos outros crimes contra a ordem pública. (GOZETTO; MANCUSO, 2011, p. 121).

Com isso, evidenciamos novamente a participação das relações públicas governamentais no processo capitalista de degradação do meio ambiente durante a industrialização brasileira. Segundo Galvão (2016, p. 33-34), a Confederação Industrial do Brasil (CIB) foi criada em 1933, após as iniciativas de diversas indústrias localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Com

isso, ocorreu a fusão entre diversas entidades como a Sociedade Auxiliadora da Indústria e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, sendo assim a primeira organização nacional de representação de um setor, que acabou servindo de exemplo para a criação de outras organizações, posteriormente.

Atualmente, a indústria do petróleo ocupa o primeiro lugar entre as indústrias que mais poluem o meio ambiente, seguida da indústria têxtil que, segundo especialistas consultados pela BBC News Brasil, utiliza cerca de 70 milhões de barris de petróleo por ano e suas peças demoram até 200 anos para se decompor. A viscose, por exemplo, é um tipo de tecido que requer a derrubada de 70 milhões de árvores por ano. Segundo Bucci:

A comunicação pública dita pública se converteu num negócio privado – e muito lucrativo, cujos orçamentos se multiplicam exponencialmente. As empresas especializadas nesse ramo – um dos que mais crescem dentro da indústria da mídia – ganham poder e influência na vida política. Seus dirigentes viram conselheiros de prestígio nos palácios, seus funcionários faturam altos cachês e seus donos embolsam lucros estonteantes.” (BUCCI, 2015, p. 16)

Em virtude disso, é possível desenvolver estratégias comunicacionais que mudem os rumos das tomadas de decisões dos agentes públicos em favorecimento da proteção ambiental e da pauta ecológica? Trabalhadores metalúrgicos durante a greve de abril e maio de 1980 já possuíam visão bastante crítica a respeito da raiz do problema entre a relação das empresas e dos governos:

“Todo mundo compreende hoje o problema de que o patrão, política e governo é tudo farinha do mesmo saco e que não adianta fazer só greve, porque a greve sozinha pode resolver alguma coisa, mas não vai resolver tudo. Não vai resolver a necessidade de termos um governo justo e não esse que está aí. Porque a gente sabe que o esquema deles contra a gente não acontece só durante a greve, acontece todos os dias. A ditadura dentro das fábricas tem aumentado muito. E a gente sabe que isso aí acontece porque o patrão tem um amigo importante que é o governo. E sabe agora que não vai conseguir derrotar o patrão se não conseguir derrotar esse governo também”. (CADERNOS DO TRABALHADOR, 1980, p. 35.)

Portanto, antes que as relações públicas organizacionais ou governamentais atuem a favor de interesses ecológicos, é preciso transformar a ideia cultural de que a natureza é um recurso inesgotável e sua exploração é o preço a se pagar pela evolução da espécie humana. E a primeira etapa desse processo não poderia discorrer de outra forma: é imprescindível colocar ordem na casa.

3. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA-NARCISISTA

Já compreendemos até aqui que a dinâmica entre empresas e governos tendem a possuir uma troca de interesses baseada em anseios políticos e privados. Quando possuímos agentes públicos que atuam, de forma honesta e verdadeira, a favor de uma causa genuína e demandada pela sociedade civil, transmitindo em sua comunicação pública o valor de se preservar - seja uma instituição, um ato, uma tradição ou recurso – se faz possível encontrar um meio termo que seja benéfico para todos os atores envolvidos em uma decisão política. Para Wolton,

Do mesmo modo que não há homens sem sociedades, também não há sociedades sem comunicação. É nesse sentido que a comunicação é sempre, simultaneamente, uma realidade e um modelo cultural e que os antropólogos e os historiadores identificam progressivamente os diferentes modelos de comunicação, interpessoais e coletivos, que se sucederam na história. (WOLTON, 1997, p. 10)

Quando levamos a pauta ambiental para este contexto, é incontestável a necessidade de que haja uma readequação de interesses por parte dos governantes. Atualmente, a comunicação pública se transformou em uma oportunidade de politicagem, ou, como descreve Bucci (2015, p. 13): “A comunicação pública no Brasil virou um palanque partidário, um negócio lucrativo, uma passarela para a vaidade particular, (...) uma arma a serviço da guerra eleitoral.”

Outros autores também levantam a bandeira de que a comunicação pública brasileira já possui uma origem narcisista desde a sua criação, sendo pautada na promoção da imagem de um agente público ou para trazer a opinião pública para o lado mais conveniente aos interesses pessoais dos governantes. Esse é o caso de Shaun, que diz que:

No Brasil, a comunicação social do governo foi criada, não como instrumento de aperfeiçoamento democrático para o governo se integrar a seu povo, motivando-o e possibilitando-o assumir, cada vez mais o seu destino; em vez disso, sempre foi melhor para o governo controlar a Opinião Pública, no interesse pessoal, ou estatal dos titulares do Poder Executivo. (SHAUN, 1986, p. 43)

Porém, uma coisa não podemos dizer: que o governo brasileiro não se comunica o suficiente com sua população. Pelo contrário, todos os poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – possuem emissoras próprias de rádio e televisão. Entretanto, enquanto a quantidade se mantém satisfatória, a qualidade acaba ficando para trás. A comunicação aplicada está engessada em um modelo unilateral, sem espaço para diálogos e contrapartidas. (BUCCI, 2015, p. 15).

Com a chegada das redes sociais, os agentes públicos se comunicam ainda mais com a população. Um ótimo exemplo a ser citado é a comunicação aplicada por Jair Bolsonaro (sem partido), atual presidente da República, durante sua campanha à presidência em 2018, que provocou uma enorme mudança no marketing político.

Ainda em 2014, antes de concorrer à presidência, Bolsonaro já utilizava as principais mídias sociais para se comunicar com seu eleitorado, o que o deixava a frente dos seus concorrentes, que acabaram desenvolvendo essa comunicação virtual às vésperas da eleição.

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha em 2018, que analisou a atividade dos eleitorados de cada candidato nas mídias sociais, constatou que 57% dos eleitores de Bolsonaro utilizavam o Facebook e 61% utilizavam o WhatsApp. Além disso, Bolsonaro possuía uma base de eleitores que compartilhavam conteúdo político, em ambas as redes sociais, maior que dos outros candidatos. Em comparação com seu rival no segundo turno, Fernando Haddad (PT), o atual presidente detinha de 31% no Facebook e 40% no WhatsApp, enquanto o petista obtinha apenas 21% e 22%, respectivamente.

De acordo com um levantamento feito pela Socialbakers, também em 2018, Bolsonaro passou de 6,9 milhões de seguidores – somados entre as plataformas do Facebook, Twitter, YouTube e Instagram – para 17,1 milhões apenas entre janeiro e outubro daquele ano.

Vale ressaltar ainda que Bolsonaro não participou de nenhum debate televisivo durante as eleições e nem obteve o maior tempo de horário eleitoral na TV, de acordo com o Meio&Mensagem. Entretanto, o atentado à fachada sofrido por ele, durante uma passeata, lhe possibilitou um espaço na mídia que nenhum outro candidato conseguiu e o acontecimento ainda ajudou a reduzir os números de rejeição que apontavam nas pesquisas eleitorais.

Hoje, o presidente possui cerca de 44,1 milhões de seguidores, utilizando a mesma metodologia de soma realizada na pesquisa da Socialbakers. Continuou mantendo suas redes sociais diariamente ativas e, após se envolver em uma série de polêmicas, inaugurou lives semanais em sua página no Facebook, onde procura discutir sobre os assuntos que sejam pertinentes a seu mandato.

Muitos profissionais da área podem achar esse método comunicação pública bastante eficiente, mas a questão é: eficiente para quem? Bucci (2015, p. 15) defende

que o governo brasileiro se tornou um Estado emissor: “Proclama, enuncia e emite mensagens. Quanto a ouvir, escutar, receber reclamações da sociedade, nada feito.”

Mas, antes de adentrarmos nas características assíduas da comunicação pública brasileira, ou analisar e pontuar acertos e falhas da comunicação aplicada pelo governo bolsonarista, é importante entendermos o conceito de comunicação pública e qual seu papel dentro de uma sociedade e, principalmente, dentro de uma democracia.

Afinal, todo e qualquer assunto elaborado que seja de interesse público pode ser considerado uma comunicação pública? Segundo Bacci (2015, p. 43), não é bem por esse caminho que devemos nos basear. A comunicação pública precisa ser, inicialmente, pública. O que coloca esse tipo de transmissão como algo contrário à comunicação privada:

Partimos do que é notoriamente elementar. Uma coisa é pública quando não é privada. Só merece o adjetivo “pública” o evento (o fato, o bem ou a ação) que não se pode (ou não poderia) estar sob controle estrito da esfera privada, que não poderia ser governada por instâncias privadas (não públicas), que não é propriedade de mãos privadas. Veremos, por aí, que a separação entre o público e o privado é decisiva para que consigamos apartar a comunicação pública daquela que não pode ser chamada de pública. (BACCI, 2015, p. 46)

A Constituição Federal de 1988 também é um documento fundamental para entendermos o que é esse conceito, ou como ele deveria ser. O princípio da impessoalidade é a garantia de que haja realmente uma dimensão pública, longe de qualquer anseio particular que possa se sobressair nessa atmosfera – e isso engloba, principalmente, os interesses pessoais de agentes públicos, grupos de pressão e qualquer pessoa que tenha acesso ao processo político.

Com isso, podemos dizer que a comunicação pública é transmitida pelo governo e possui uma finalidade de informar, educar, orientar ou discutir assuntos de interesse coletivo, como corrobora o artigo 37 da Constituição Federal:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (BRASIL, 1988)

Em contrapartida, todo cidadão possui o direito de receber essas informações dos órgãos públicos e, em 2011, foi sancionada a Lei de Acesso à Informação

(nº12.527/2011) para fortalecer ainda mais esse direito da população e o dever do Estado em comunicar sobre sua gestão, suas pautas, seus projetos e outros assuntos pertinentes aos afazeres governamentais, a fim de que eles se tornem, de fato, públicos.

E, não só a colocando a mensagem como um ponto de atenção dentro da comunicação pública brasileira, é preciso olhar para os emissores dessa comunicação. Todo agente público é protagonista desse sistema e possui responsabilidades e deveres a serem cumpridos. Afinal, eles são os porta-vozes de uma nação.

É importante destacar, inclusive para validar ainda mais o estudo de caso que será apresentado nas próximas páginas, a importância de possuir líderes nacionais que saibam se comunicar bem e em prol das predileções dos governados, seja com palavras, gestos ou ações. É essencial que os interesses de uma nação sejam colocados e defendidos de maneira eficaz e incisiva, pois isso norteará muitas decisões e rumos que um país poderá tomar.

Veremos mais a diante, que estamos vivendo em um momento de grande polarização política no Brasil, em que governantes estão governando apenas para aqueles que querem ser governados por eles, mesmo que esse eleitorado seja apenas uma parcela da população. Quando, na verdade, toda a sociedade precisa ser impactada pela comunicação governamental, pois todos fazem parte do processo deste processo democrático, e possuem esse e outros direitos.

3.1 Conhecendo os porta-vozes

Antes de partirmos para a análise sobre a comunicação pública aplicada durante as queimadas do Pantanal em 2020, é de grande relevância a compreensão de uma narrativa comunicacional individual, colocando em destaque os grandes porta-vozes que representam o Brasil atualmente.

Focamos, neste estudo de caso, em dois agentes públicos essenciais para a comunicação pública durante o período analisado: Jair Bolsonaro, atual presidente da República, e Ricardo Salles, ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente, e que ficou à frente da pauta ambiental durante todo o período aqui observado. Consideramos os dois nomes como porta-vozes principais pois, a partir dos acontecimentos ocorridos no Pantanal, podemos notar o despreparo dos líderes políticos diante de uma crise ambiental, no qual elaboramos a seguir.

Mas, será que poderíamos ter previsto, antes das eleições de 2018, que problemas ambientais poderiam se agravar em tais proporções diante da gestão do atual governo? Analisando a comunicação dos dois agentes públicos citados, durante o período eleitoral e o começo do mandato bolsonarista, podemos ficar à alguns passos da resposta. Por isso, vamos voltar um pouco no tempo e entender a fundo quem são nossos porta-vozes.

3.1.1 *Jair Messias Bolsonaro*

Durante sua campanha política para se tornar presidente e após tomar posse de seu atual cargo, Bolsonaro demonstrou e ainda demonstra sua falta de preocupação com pautas como sustentabilidade, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e mudanças climáticas em suas falas e posicionamentos. Bolsonaro chegou a anunciar em 2018, durante sua campanha política, a ideia de fundir os Ministérios do Meio ambiente e da Agricultura, que possuem papéis totalmente diferentes e podiam implicar em grandes prejuízos ambientais e comerciais.

Entretanto, apesar da sua ideia não ter tido continuidade, Bolsonaro fez diversas mudanças nos dois ministérios: além de reduzi-lo ao máximo, transferiu o Serviço Florestal Brasileiro, órgão que é responsável pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), que possui a finalidade de regularizar as propriedades rurais e garantir a preservação de áreas de reserva, para a responsabilidade do Ministério da Agricultura; e, também, passou para o mesmo ministério o exercício das atividades de identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas, que antes eram exercidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Incra, o que dificultou ainda mais o cumprimento dos direitos indígenas.

Inclusive, é importante ressaltar a relação nada amigável – e respeitável – de Bolsonaro com os povos originários e indígenas, que são fundamentais para a preservação da natureza e dos controles climáticos, como Txai Suruí colocou durante seu discurso na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 (COP26) e em entrevista concedida à revista Exame em novembro de 2021:

Não tem como mais falar de mudanças climáticas sem falar de pessoas. Falar de mudanças climáticas é, principalmente, falar de pessoas. E, principalmente, aqueles que estão na linha de frente dessa luta, que são os povos originários, que são os povos tradicionais. (...) Se você pegar um mapa

do Brasil e olhar, e ver onde tem floresta em pé, você vai ver que é onde há a presença de povos indígenas. (informação verbal)⁹

Em 2017, logo quando corrida presidencial e as campanhas políticas iriam começar oficialmente, Bolsonaro participou de uma palestra feita em uma comunidade judaica, para cerca de 300 pessoas. O atual presidente alegou já ter ido a um quilombo e que “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas¹⁰” e que mais de R\$1 bilhão são gastos com essas comunidades indígenas anualmente.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), em sua representação apresentada à Procuradoria-Geral da República em 06 de abril de 2017 sobre este episódio:

[Bolsonaro] compara um integrante de comunidade quilombola a um animal que tem sua massa corporal medida através de arrobas. (...) Durante mais de três séculos e meio, pessoas negras foram legalmente comercializadas como escravas no Brasil, comercializadas inclusive em função da massa corporal que ostentavam. (CONAQ, 2017, p. 4-5)

Além da fala racista e preconceituosa, Bolsonaro ainda alegou que, se chegasse até a presidência, não iria apoiar financeiramente as ONGs e que “esses vagabundos”, se referindo aos quilombolas, teriam que trabalhar, e ele, como presidente, iria garantir que nenhum centímetro de terra fosse demarcado para essas reservas indígenas ou quilombolas.

Em outra ocasião, enquanto participava da Festa de Peão de Barretos em setembro de 2019, Bolsonaro prometeu acabar com a “indústria da multa” sobre os produtores rurais. Ele alegou que as multas não possuem critérios e que não deveriam ser aplicadas, mas que ocorrem sob patrocínio do Ibama e do ICMBio.

Quando as eleições já estavam se aproximando, Bolsonaro chegou a dizer que, caso chegasse ao posto de chefe do Poder Executivo, iria retirar o Brasil do Acordo de Paris, que estabelece regras internacionais e articula esforços para a redução de emissões de gases estufa e, conseqüentemente, combater o avanço das mudanças climáticas desenfreadas. Felizmente, a ideia não foi para frente.

Entretanto, uma vez eleito, Jair Bolsonaro e Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, se tornaram os maiores vilões da preservação ambiental no país. O Departamento de Educação Ambiental foi extinto; o Departamento de Desenvolvimento Sustentável foi reduzido, realizando apenas estudos e não mais

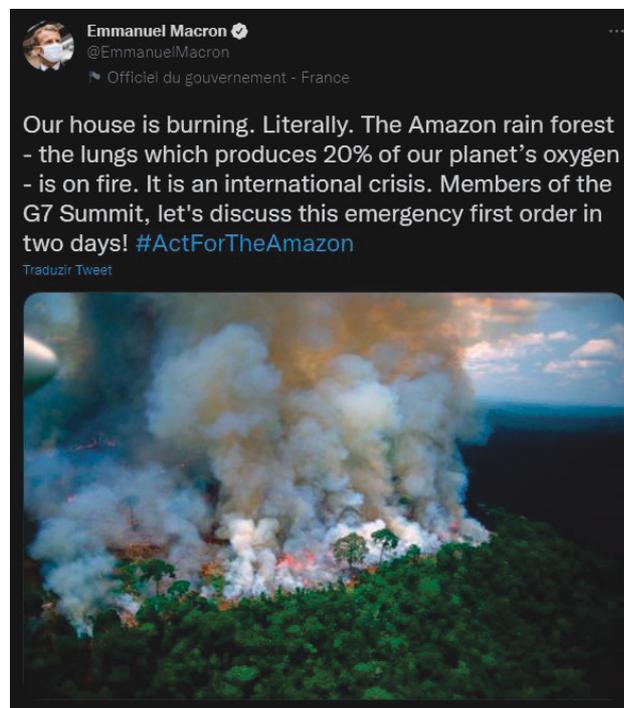
⁹ Entrevista concedida por Txai Suruí, jovem indígena de etnia Paiter-suruí, para uma matéria da EXAME em 7 de novembro de 2021.

¹⁰ Arroba (do árabe "ع الروب"; ar-rub", a quarta parte) era uma antiga unidade de medida utilizada no Brasil, Portugal e no Sistema Imperial de Medidas, ao medir o peso corporal de suínos e bovinos.

funções executivas; e o CAR foi transferido para o Ministério da Agricultura, facilitando o acobertamento de irregularidades e dificultando o combate aos crimes ambientais que ocorrem em todo o país.

As relações internacionais, acerca das pautas ambientais, também fomentaram ainda mais a imagem de despreocupação com o meio ambiente por parte do governo brasileiro. Em 2019, Bolsonaro trocou farpas no Twitter com Emmanuel Macron, atual presidente da França, após o francês ter publicado um tweet alegando que as queimadas na Amazônia caracterizavam uma crise internacional e convocou membros do Grupo dos Sete (G7) para discutir sobre o tema.

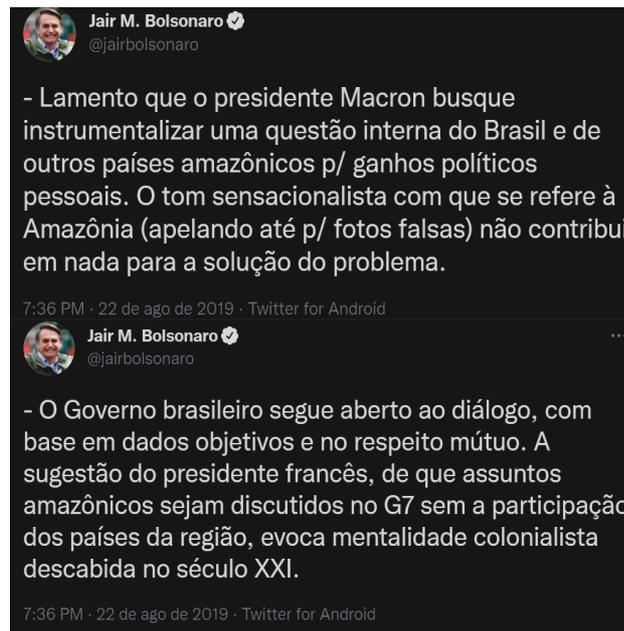
Figura 7: Tweet de Emmanuel Macron sobre as queimadas na Amazônia



Fonte: Twitter

Rebatendo à Macron, Bolsonaro também tuitou sua réplica, dizendo que o francês evoca uma “mentalidade colonialista” ao não convidar para o debate do G7 os países da região Amazônica. Além disso, alegou que a imagem utilizada pelo francês é falsa e seu tom é sensacionalista.

Figura 10: Tweets de Jair Bolsonaro em resposta à Emmanuel Macron



Fonte: Twitter

Mais tarde, durante uma live, o presidente voltou a tocar no assunto, sem direcionar seu discurso à Macron, mas com reais intenções de mencionar o ocorrido:

Um país, agora sem dizer o nome aqui, falou da 'nossa Amazônia'. Teve a desfaçatez de falar a nossa Amazônia. Estão interessado em você, brasileiro que está me assistindo aqui, em um dia ter um espaço na região amazônica pra ele. Então, essas questões nós temos que ter informações, temos que nos preocupar em buscar e equilibrar essa narrativa de notícias sobre essa região tão rica. (informação verbal)¹¹

Esses são apenas alguns dos exemplos que ilustram a relação problemática de Bolsonaro com o meio ambiente, durante sua jornada à presidência e durante seu mandato. Podemos perceber como essa questão sempre esteve bastante explícita em sua comunicação, posicionamentos e atitudes. Mas, o quão explícito os impactos dessas atitudes corroboram para uma degradação ambiental cada vez mais severa? É o que procuramos entender no próximo capítulo.

3.1.2 Ricardo Salles

Ricardo de Aquino Salles foi a escolha de Bolsonaro para assumir o Ministério do Meio Ambiente, desde a sua primeira formação de ministros em 2018, ocupando o cargo até junho de 2021. Salles é advogado e administrador e, apesar de ter sido nomeado como ministro, já foi investigado e condenado pelo Ministério Público (MP)

¹¹ Fala proferida por Jair Bolsonaro em 22 de agosto de 2019, durante uma *live* transmitida através de suas redes sociais.

por fraudar o processo do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, em 2016, quando era o responsável pela pasta de Meio Ambiente do governo de Geraldo Alckmin.

De acordo com o MP, Salles e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que também foi condenada, teriam adulterado os mapas elaborados pela USP e começado uma perseguição aos colaboradores da Fundação Florestal, a fim de beneficiar alguns setores empresariais, principalmente as empresas de mineração e filiadas à Fiesp.

Além disso, Salles é fundador do Movimento Endireita Brasil (MEB), que preza pela liberdade econômica e o rigor na Segurança Pública. É apoiado por entidades ruralistas, que tiveram grande relevância para a decisão de Bolsonaro em colocá-lo no cargo em que desempenhou em seu governo, segundo o próprio anúncio do presidente em dezembro de 2018, alegando que estava “procurando aquele que melhor se adapte àquilo que eu quero”¹².

Salles também é investigado pelo MP de São Paulo de cometer improbidade administrativa ambiental ao ordenar que o busto do capitão Carlos Lamarca, líder do movimento Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que lutava contra a ditadura militar no Brasil, fosse retirado do Parque Rio Turvo.

Segundo a lista de funções principais que Torquato (2002) determina para a comunicação governamental, o acesso à informação é um direito do cidadão e sua disponibilização é um dever do governo. Porém, Salles fez essa ação no Parque Rio Turvo sem ao menos anunciar no Diário Oficial, ou seja, a informação nunca chegou até a população, apenas no momento em os órgãos fiscalizadores cobraram uma explicação para o gasto de R\$12 mil que saíram dos cofres públicos para a retirada do busto.

Além da sua ficha criminal, em seu material de campanha nas eleições de 2018 para deputado federal, Salles utiliza um discurso violento contra animais e contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹² Pronunciamento dado por Jair Bolsonaro em 05 de dezembro de 2018, em uma coletiva de imprensa.

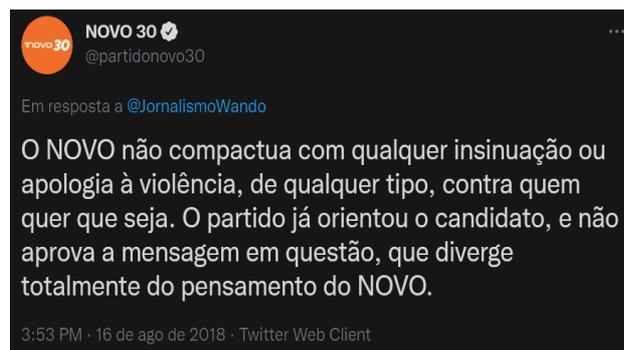
Figura 11: Material de campanha de Ricardo Salles em 2018



Fonte: The Intercept Brasil

O partido Novo, no qual Salles era afiliado no momento de sua candidatura à deputado federal, se manifestou contra a campanha e disse não compactuar insinuação ou apologia à violência, através de uma publicação no Twitter.

Figura 12: Tweet do partido NOVO em resposta à campanha de Salles



Fonte: Twitter

Junto com Bolsonaro e com o aval dele, Ricardo Salles fez com que muitas mudanças no Ministério do Meio Ambiente fossem implementadas, como aquelas descritas anteriormente. Infelizmente, nenhuma dessas mudanças foi significativamente relevante para a preservação ambiental, controle de mudanças climáticas ou medidas sustentáveis para o uso dos recursos.

Pelo contrário, acabaram contribuindo para recordes de desmatamento e aumento das queimadas. Segundo pesquisa realizada pelo Inpe, entre agosto e julho de 2020, o desmatamento na Amazônia alcançou o segundo maior número durante o governo Bolsonaro, e o terceiro maior número desde 2015, quando sistema Deter, pertencente ao instituto, iniciou sua observação.

De acordo com o documentário “Jaguetê-Avá¹³ – Pantanal em chamas”, produzido pela Wahba Filmes e lançado em 12 novembro de 2021, o cineasta e documentarista Lawrence Wahba enviou uma mensagem para o Coronel Homero Cerqueira, até então presidente do ICMBio.

Wahba fez um apelo, em áudio divulgado pelo documentário, para que Cerqueira enviasse equipes para conter o fogo, que havia chegado até a altura do Rio Piquiri. O presidente do instituto respondeu a mensagem rapidamente e, na manhã seguinte, enviou uma equipe de brigadistas para o local. Quatro dias depois, ele foi exonerado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O coronel ainda relata, em entrevista concedida ao documentário, que alertou Salles de todos os problemas que as queimadas no Pantanal, ainda em seu início, poderiam causar se não fossem combatidas. Contudo, o ministro não deu atenção para suas manifestações.

Wahba, que participou da criação de um grupo de brigadistas, junto com entidades do terceiro setor, como o Instituto Homem Pantaneiro, e esteve no Pantanal ajudando no combate às chamas, relata que os esforços do governo foram mínimos e pouco relevantes diante da catástrofe: no momento de maior ajuda governamental, havia cerca de 320 servidores públicos em todo o Pantanal, o que equivale 1 pessoa para cada 468 km².

Uma das explicações para a falta de esforços, além da falta de fiscalização, que poderia ter evitado tais proporções de focos de incêndio no Pantanal, são os cortes nas verbas dos dois principais órgãos de proteção ambiental, o Ibama e o ICMBio. Foram cortados, respectivamente 4% e 12,8% em 2020.

¹³ Jaguetê-Avá significa “Homem-onça” no idioma Kaiowá. É um mito de um homem-onça que é considerado um demônio, condenado a viver sozinho, refugiado na mata. Indígenas costumaram apelidar grileiros, posseiros, caçadores e pistoleiros de Jaguetê-Avá.

Figura 13: Orçamento do Ibama e do ICMBio ao longo dos anos

Orçamento do Ibama e do ICMBio fica menor em 2021



Fonte: Folha de S. Paulo

4. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DURANTE AS QUEIMADAS NO PANTANAL

4.1 Metodologia

Esse estudo de caso possui o objetivo de identificar possíveis acertos e falhas da comunicação pública aplicada pelo governo Bolsonaro durante as queimadas do Pantanal em 2020.

A partir deste objetivo central, nos desdobramos em alguns objetivos específicos: identificar quais os impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais podem ser causados através das relações governamentais e da comunicação pública; definir a importância das mudanças climáticas como pauta social e governamental; instigar e promover o debate sobre a atuação da área de relações públicas diante da pauta de mudanças climáticas.

Para justificar a escolha do tema e do objeto de estudo, temos diversas pesquisas que apontam a crescente destruição ambiental no Brasil e no bioma Pantanal, principalmente dentro do período governado por Bolsonaro. A repercussão do ocorrido não só se fez dentro do território nacional, mas ganhou força entre os países estrangeiros, como veremos a seguir.

Além disso, podemos constatar que a atuação da área de relações públicas no combate às mudanças climáticas ainda é bastante tímida e ineficaz. Buscamos, na origem da profissão, evidenciar seu caráter organizacional e industrial que, historicamente, contribui para a exploração exacerbada dos recursos naturais e para a ascensão do capitalismo agressivo. Com isso, nos questionamos como a comunicação pública e as relações governamentais podem impactar na causa ambiental.

Utilizamos o método de estudo de caso, considerado como uma pesquisa qualitativa. Segundo Merriam, quatro características são essenciais para este método:

1. Particularismo: o estudo se centra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. Descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação;
3. Explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. Indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo, segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise de dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos. (apud WIMMER, 1996, p. 161)

É importante ressaltar que, devido a pandemia causada pelo vírus Covid-19, se fez necessário a utilização de recursos alternativos, como o apud, para diversificar os teóricos aqui apresentados, já que o acesso às obras foi dificultado no período em que este trabalho foi realizado.

A situações selecionadas para a análise foram baseadas em falas, pronunciamentos, discursos e comunicações que são relevantes para o entendimento da população sobre os acontecimentos retratados, sua importância na manutenção das relações governamentais, além da sua repercussão na mídia e na opinião pública, utilizando-se de documentos físicos e midiáticos para o estudo, além de livros, artigos e revistas.

Procuramos discorrer sobre o fato utilizando de fontes variadas e apontando as consequências dos episódios na sustentação da democracia, na proteção dos recursos naturais e na construção de um governo dialógico.

4.2 Análises

4.2.1 Incidente 1: Secom divulga informação falsa

Em 26 de setembro de 2020, a Secretaria de Comunicação (Secom), vinculada ao Ministério das Comunicações, divulgou em seu Twitter que “a área queimada em todo o território nacional é a menor dos últimos 18 anos”. Ainda citou supostos dados do INPE, que, segundo a publicação, afirmava que “2007 foi o ano em que o Brasil mais sofreu com as queimadas”:

Figura 14: Tweet da Secom sobre as queimadas



Fonte: Twitter

A postagem ainda foi compartilhada também pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria, e pelo senador Flávio Bolsonaro (Patriota), que é o filho primogênito de Bolsonaro.

Entretanto, conforme foi investigado pelos principais veículos jornalistas, a publicação possui dados distorcidos e falaciosos. Acontece que, de acordo com a Secom, houve um registro de 121.318 km² queimados em todo o Brasil, um número menor que o registrado em 2019.

Porém, o período de comparação dos dados não foi mesmo: enquanto o número de 2020 foi analisado durante janeiro e agosto, o número de 2019 foi calculado sob os 12 meses do ano. Se fossemos comparar de maneira correta, ou seja, utilizando o período de janeiro a agosto, a área queimada em 2020 seria maior que em 2019, com 131.327 km², segundo o INPE.

Além disso, comparando os anos citados no tweet – 2003 a 2020 –, a mensagem deveria enfatizar que 2020 teve uma área queimada maior que em 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018. Assim, a informação expressaria a real verdade, sem omitir ou deixar interpretações vagas.

Essa publicação desencadeou diversas declarações de indignação entre os ativistas ambientais. Marcio Astrini (apud 2020), secretário-executivo do Observatório do Clima, declarou por meio de sua assessoria que “se a metade da energia que o

governo gasta tentando criar uma realidade paralela fosse empregada no combate ao crime ambiental, o problema de desmatamento e das queimadas já estaria resolvido”.

Cristiane Mazzetti (apud 2020), porta-voz da campanha da Amazônia do Greenpeace, também se manifestou sobre o caso:

De Amazônia ao Pantanal, o patrimônio dos brasileiros segue sendo consumido rapidamente pelo fogo. É desonesto minimizar tamanha crise ambiental que resulta em impactos econômicos, sociais e ambientais. (apud MAZZETTI, 2020)

Analisando o incidente através de uma ótica comunicacional, podemos afirmar que há uma quebra de duas estratégias de comunicação pública estabelecidas por Weber (2011, p. 113-117): Credibilidade e Imagem pública (história e identidade).

A Credibilidade acontece através da existência de inúmeros fatores que validam o processo democrático, a liberdade de expressão e o acesso à informação. Um destes fatores é a presença de uma imprensa que exerce a vigilância sobre os poderes.

Entretanto, quando veículos questionaram a Secom a respeito dos dados equivocados que foram publicados, foi obtido a resposta de que “[A Secom] expôs os dados que estão à disposição, sem ocultar nada (...). O que passa disso é ilação falaciosa do jornal”¹⁴. Em uma segunda tentativa de conversa, não houve resposta por parte da secretaria.

Não apenas este episódio ilustra as inúmeras tentativas de censura e incitação à violência contra veículos e jornalistas por parte do governo Bolsonaro. Segundo o *The Global Expression Report 2021*, pesquisa realizada pela Article 19, houve 254 violações contra jornalistas e comunicadores no Brasil apenas em 2020, sendo 50% (123) praticadas por agentes públicos e 18% (46 casos) de cunho racista, sexistas ou tendencioso contra pessoas LGBTQIAP+.

A pesquisa também revelou que 464 declarações públicas apuradas foram feitas pelo presidente, seus ministros, ou conselheiros, que atacaram ou deslegitimaram o trabalho de milhares de jornalistas.

20 casos ainda foram considerados como violações graves, envolvendo assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte. O próprio presidente protagonizou um triste e revoltante episódio em agosto de 2020 quando, ao ser questionado sobre os cheques depositados por Fabrício Queiroz, ex-assessor de Bolsonaro, e sua esposa, Márcia Aguiar, na conta de Michelle Bolsonaro, o atual

¹⁴ Resposta obtida da Secom pela Folha de S. Paulo e divulgada em 27 de setembro de 2020.

presidente disse: "Eu vou encher a boca desse cara na porrada". Depois, continuou: "Minha vontade é encher tua boca na porrada"¹⁵.

Figura 15: Notícia 3 - Bolsonaro ameaça jornalista



Fonte: G1

Após este ocorrido, houve diversas manifestações contrárias ao presidente. A maior delas ocorreu no Twitter, quando a frase "Presidente Jair Bolsonaro, por que sua esposa Michelle recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiroz?" foi repetida propositalmente pelos usuários por mais de 1 milhão de vezes dentro da plataforma.

Em contrapartida, uma onda de ódio e violência também tomou das redes sociais. Apoiadores do presidente se manifestaram dizendo concordar com a fala de Bolsonaro e que seu maior erro não foi ter cumprido com a ameaça. Para especialistas consultados pela BBC News – divulgados sem nomes – a postura do chefe de Estado não surpreende, mas incita uma deterioração do ambiente institucional do Brasil, o que pode levar seus apoiadores e outros agentes públicos a agirem da mesma forma violenta e desrespeitosa contra os jornalistas brasileiros.

¹⁵ Fala proferida por Jair Bolsonaro em 23 de agosto de 2020, enquanto se aproximava da Catedral de Brasília, à um repórter do jornal O Globo.

Figura 16: Tweets de apoio a Bolsonaro



Fonte: Twitter

Figura 17: Tweets de apoio a Bolsonaro



Fonte: BBC News

Em virtude dos fatos mencionados, podemos afirmar, através deste incidente, como o governo Bolsonaro tem pautado sua administração pública através de mentiras, desinformação, violência e impossibilitando a participação social e a disseminação de informações verídicas. Segundo a Article 19:

Essas atitudes são filtradas para um local autoritário e se manifestam em ações no mundo real, como assédio e ação judicial contra jornalistas. Este nível de agressão pública não foi visto desde o fim da ditadura militar. O aumento da hostilidade social contra jornalistas e seus efeitos não devem ser subestimados. (...) Além de silenciada, a população tem sido privada de informações reais. (...) [Apesar da Suprema Corte anular ordens do presidente], os obstáculos institucionais que Bolsonaro tem projetado e criado nos últimos anos ainda criaram um ambiente de informação extremamente restrito. (ARTICLE 19, 2021, p. 65-66)¹⁶

¹⁶ Tradução: autora.

É neste ponto que quebramos a segunda estratégia de Weber (2011, p. 115-117) de Imagem pública. A autora descreve esse fator como “a soma de tudo”, ou seja, é a estratégia resultante de todas as outras. Ela surge da necessidade de um governo manter sua imagem institucional favorável, que será de grande valia para a manutenção das relações governamentais nacionais e internacionais, e também como um passaporte para uma possível reeleição. Segundo ela:

É preciso promover, ser visto, aprovado, reconhecido como político, primeiro no espaço partidário e, depois, no exercício da representação junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As ações do representante político são justificadas, contestadas ou ignoradas em instâncias de produção de opinião e ações equivalentes na base partidária, nos partidos adversários, nos movimentos sociais, nas entidades de classe, nos grupos religiosos, nas organizações representativas e, particularmente, nos meios de comunicação de massa. (WEBBER, 2011, p. 115)

Entretanto, Bolsonaro não possui uma imagem e reputação agradável e consolidada entre agentes políticos internos e, menos ainda, com os externos. Com o Poder Judiciário, por exemplo, o próprio presidente já afirmou que, em seu governo, não existem 3 Poderes e, sim, a divisão entre o Executivo e Legislativo de um lado e Judiciário de outro (informação verbal)¹⁷.

Por fim, as consequências para o meio ambiente que este incidente nos releva são muito claras. A primeira é que há uma falha evidenciada no cumprimento do direito à informação. A comunicação na administração pública possui como função principal a utilização da comunicação como base da construção de uma cidadania, sendo um dever do estado a disponibilização de informações verdadeiras e um direito de cada cidadão em ter acesso à essas informações. (TORQUATO, 2002)

Quando possuímos um governo descompromissado com as pautas ambientais, que dissemina *fake news* e procura restringir os veículos jornalísticos, principalmente os investigativos, acabamos privando a sociedade de saber para onde seus recursos naturais estão indo.

A falta de informação também acarreta a falta de conhecimento da população a acerca dos seus próprios biomas e florestas, ao mesmo tempo em que o governo transforma um problema ambiental em uma discussão ideológica. Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência em outubro de 2020 com 2.600 entrevistados brasileiros, 77% consideram que proteger o meio ambiente é uma prioridade e 74%

¹⁷ Fala proferida por Jair Bolsonaro durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra 21/22, em 22 de junho de 2021.

discordam que as queimadas na Amazônia são necessárias para o crescimento econômico. Para Laner,

A democracia deveria significar a efetiva participação do cidadão nas decisões e destinos do Estado, seja através da formação das instituições representativas, seja através do controle da atividade estatal. O cidadão é o verdadeiro titular do poder, mesmo que este seja exercido através de representantes eleitos. Os representantes deveriam se submeter à vontade popular, bem como submeter-se a fiscalização de sua atividade. A democracia deve ser uma forma de viver em sociedade e não somente um sistema de governo. (LANER, 2004, p. 16)

Diante desses dados, por que nosso governo ainda trata o assunto com tanto descaso? Para isso, seria preciso a realização de uma outra pesquisa, mas podemos afirmar que a falta de uma comunicação pública dialógica e democrática restringe a participação social nas decisões políticas. O favorecimento de interesses pessoais ou privados acabam prevalecendo, já que nossos representantes políticos não estão abertos ao diálogo.

4.2.2 Incidente 2: A carta aberta dos países europeus

Como dito anteriormente, Bolsonaro não possui uma tato para a diplomacia e para a construção de relações governamentais amigáveis, principalmente na esfera internacional. No dia 16 de setembro de 2020, dia em que as queimadas no Pantanal atingiram quase 3 milhões de hectares, oito países europeus - Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Dinamarca, Noruega, Países Baixos e Bélgica - fizeram uma carta aberta em nome da Parceria das Declarações de Amsterdã e enviaram ao vice-presidente, Hamilton Mourão.

Essa foi uma tentativa de protestar contra a política ambiental brasileira e, de alguma forma, conseguir interferir nos rumos em que as queimadas no Pantanal estavam tomando. Na carta, eles diziam estar “profundamente preocupados” com o ritmo alarmante em que o desmatamento cresceu no Brasil e suas consequências para o desenvolvimento sustentável do país.

Um dos grandes problemas desse desagrado entre os países europeus com a política ambiental no Brasil está diretamente ligado à economia e aos negócios. A Europa preza por alimentos que sejam produzidos de forma sustentável e, presenciar o que aconteceu no Pantanal e na Amazônia desde o início do governo bolsonarista, coloca em risco as relações comerciais do Brasil com fornecedores, comerciantes e investidores estrangeiros, conforme elabora os alemães, representantes da Parceria das Declarações de Amsterdã na carta aberta:

Nossos esforços coletivos para gerar um maior investimento financeiro na produção agrícola sustentável e melhorar o acesso de produtos obtidos de forma sustentável aos mercados também poderia apoiar o crescimento econômico do Brasil. Contudo, enquanto os esforços europeus buscam cadeias de suprimento não vinculadas ao desflorestamento, a atual tendência crescente de desflorestamento no Brasil está tornando cada vez mais difícil para empresas e investidores atender a seus critérios ambientais, sociais e de governança. (KLÖCKNER; MÜLLER, 2020, p. 1)

Entretanto, Hamilton Mourão não concedeu resposta pública à carta e apenas esclareceu que ninguém dentro do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) faz oposição ao governo, após o instituto ser criticado por apoiadores bolsonaristas de ser um “opponente” do presidente, após divulgar a situação catastrófica dos biomas brasileiros.

De fato, não há oponente algum. Outras entidades também monitoram os biomas, como Global Forest Watch, que também indica uma destruição ambiental cada vez mais grave no país: apenas em 2019, o Brasil foi responsável por destruir e desmatar um terço de todas as florestas tropicais de todo o planeta. Estima-se que foram cerca 1,3 milhões de hectares perdidos.

É importante ressaltar a relevância deste esclarecimento feito por Mourão. Apesar do governo Bolsonaro utilizar-se do negacionismo em diversas ideologias pregadas pelo presidente, em uma ótica comunicacional e de gestão de crise, não era um bom momento para criar ainda mais conflitos com os órgãos fiscalizadores e nem negar os fatos levantados pela ciência.

Contudo, podemos constatar como a imagem institucional da política brasileira está enfraquecida diante de outros países do mundo. Estamos reproduzindo um modelo de economia capitalista que passa e passará por cima de qualquer floresta ou bioma para que o crescimento econômico possa beneficiar organizações privadas, empresas, fazendeiros e setores que geram maiores lucros.

4.2.3 Incidente 3: Passando a boiada

Enquanto isso, Ricardo Salles continuava a defender ideias e teorias irrealistas, como a do “boi bombeiro”, defendida também por Tereza Cristina, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Essa teoria consiste em dizer que os gados contribuem para o controle de incêndios no Pantanal, já que eles poderiam ajudar a evitar o acúmulo de matéria orgânica, como matos, galhos secos e folhas secas, que acabam servindo de combustível para o fogo.

De fato, os gados contribuem para a diminuição de matéria prima para queima, entretanto, o número de gados da região só aumentou a cada ano e, se essa fosse a alternativa mais significativa no combate às queimadas, não teríamos chegado ao ponto em que chegamos no Pantanal.

Além disso, Salles afirmou em diversas entrevistas, como na entrevista concedida à Jovem Pan, à CNN Brasil, para o canal no Youtube de Eduardo Bolsonaro e outros veículos, que é preciso permitir a tática de queima preventiva, que consiste em liberar o uso de fogo para que fazendeiros possam abrir pastos para gados, a fim de diminuir as ações criminosas. Esse mesmo argumento também foi utilizado por Bolsonaro, durante uma live transmitida em sua página no Facebook.

Porém, essa prática não está proibida totalmente, apenas restrita pelos governos estaduais durante estes períodos de maior seca no bioma – orientação dada, inclusive, pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. Ademais, se formos colocar na balança as áreas com unidade de conservação dentro do Pantanal, elas não chegam nem a 5% de todo o bioma, segundo especialistas da BBC News Brasil.

Aqui, temos um problema sério de interesses pessoais atravessando os deveres públicos. Em um vídeo vazado de uma reunião realizada em 22 de abril de 2020, que contava com a presença de Salles e de Bolsonaro, o ministro deixou claro suas intenções e seus anseios pessoais.

Segundo ele, devido à pandemia causada pelo vírus Covid-19, a imprensa não estava realizando a cobertura assídua de outras pautas, principalmente a do meio ambiente. Com isso, era uma ótima “oportunidade” de “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [ambientais] (...) de baciada”, além de “passar as reformas infralegais de desregulamentação”.

Com sua imagem já abalada perante a opinião pública, a credibilidade do chefe da pasta do Meio Ambiente foi totalmente destituída ao veicular um vídeo que, segundo ele, apenas recebeu e decidiu compartilhar, sem ao menos verificar a veracidade das informações transmitidas. Isso ocorreu em 10 de setembro de 2020, quando as queimadas no Pantanal estavam em seu auge.

Figura 19: Tweet de Ricardo Salles divulgando vídeo falso e tendencioso



Fonte: Twitter

No vídeo publicado pelo ministro, a mensagem era de que a Amazônia estava bem e sem queimadas, com imagens da floresta e de seus animais em harmonia. Entretanto, uma das cenas que chamou a atenção de biólogos e ambientalistas foi a imagem de um mico-leão-dourado, que vive exclusivamente na mata atlântica e não no bioma Amazônico.

Figura 18: Mico-leão-dourado no vídeo publicado por Ricardo Salles



Fonte: Uol

Quando o animal aparece no vídeo, o locutor ainda narra: "Você está sentindo cheiro de fumaça? Claro que não, pois a Amazônia não está queimando novamente". Logo após a repercussão do vídeo, com a opinião pública afirmando sua falsidade, Salles excluiu o tweet e uma onda de memes e manifestações ganharam as redes sociais novamente.

Figura 20: Usuário publica meme satirizando o vídeo publicado pelo ministro Ricardo Salles



Fonte: Twitter

Este é apenas um exemplo de sátira realizada pelos usuários na internet, pois a enorme quantidade é notável apenas pesquisando a frase “recebi este vídeo, Amazônia não está queimando” no Twitter. Podemos perceber que o nível de seriedade e credibilidade, tanto para a comunicação pública, quanto para a imagem institucional do ministro e do ministério do Meio Ambiente, já estava totalmente banalizada entre a opinião pública.

O reconhecimento, atributo indispensável para um governo construir confiança e identificação do eleitor, acabou se tornando em uma recongnição de despreparo e desgoverno, diante das situações pontuadas. Conforme salienta Weber, a credibilidade

Trata-se também de obter reconhecimento. Objetos comunicativos como marcas, cartazes, produtos publicitários precisam traduzir os atores e as instituições do Estado que buscam o reconhecimento de sua qualidade associada a ideias, opiniões, versões. Algo como a ideia compartilhada por todos. A busca de legitimação está associada à ratificação das qualidades do eleito, ao reconhecimento dessas qualidades que permitem estreitar os processos de identificação do eleitor, do cidadão e criar vínculos. Vínculos de pertencimento ao Estado, ao país, à cidade, ao projeto político e com o político. (WEBER, 2011, p. 113)

Este vínculo de pertencimento, conforme dito por Weber (2011), é quase inexistente quando o assunto é meio ambiente. Afinal, se nem os nossos governantes sabem o que está acontecendo em nossos biomas, ou não comunicam esse saber de forma honesta, como a população irá ter acesso às informações de qualidade e estarem cientes da situação ambiental no país?

É fato que dispomos de uma imprensa competente, mas com tantas restrições impostas aos jornalistas e aos veículos no governo bolsonarista, como foi comprovado anteriormente, podemos afirmar que todas as informações necessárias estão chegando ao receptor de maior importância, que é a população?

É neste ponto em que constatamos, mais uma vez, a ausência da participação social nos assuntos públicos, e a relação entre a sociedade e Estado se distanciando gradativamente mais. Segundo Haswani,

A ativação dos processos de comunicação das instituições muda profundamente as relações entre Estado e os cidadãos porque cobra respostas de relacionamento e de troca em um contexto sempre caracterizado pela dimensão da autoridade. (HASWANI, 2007, p. 219)

4.2.4 Incidente 4: A participação de Bolsonaro na ONU

Em mais uma das suas tentativas de se isentar de alguma culpa sobre as queimadas no Pantanal ou desmatamento de outros biomas brasileiros, Bolsonaro discursou na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2020, e proferiu algumas mentiras, equívocos e mensagens fora de contexto. O discurso está disponível no site oficial do governo e este é o trecho que destaca as pautas voltadas para o meio ambiente:

Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta. Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo. Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono. Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui. O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos. E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

Estamos abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo. Nunca exportamos tanto. O mundo cada vez mais depende do Brasil para se alimentar. Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas. Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Lembro que a Região Amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas. O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição (...). (informação verbal)¹⁸

Agora, iremos decupar este discurso para analisar algumas falas e identificar verdades, mentiras, equívocos e más interpretações. Focaremos nas frases voltadas ao meio ambiente, mas é importante sinalizar que menções proferidas sobre outras pautas de interesse público, como saúde e economia, também não ficaram isentas das *fake news* e exageros por parte do presidente.

A primeira falácia de Bolsonaro é que “somos líderes em conservação de florestas tropicais”. Além dos dados e pesquisas já apresentados aqui, que refutam essa afirmativa, segundo o estudo “Índice de Desempenho Ambiental”¹⁹ realizado pelas universidades de Yale e Columbia, nos Estados Unidos, em julho de 2020, mostra que o Brasil ocupa a posição de 114º na categoria de perda anual de área florestal proporcional ao território. Esse estudo leva em consideração a média dos últimos cinco anos monitorados.

Inclusive, neste ranking, ficamos atrás de outros países amazônicos, como Equador, Peru, Suriname, Bolívia, Venezuela, Guiana e Colômbia. A segunda fala equivocada de Bolsonaro foi a que “somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono”. Apesar de não ser uma frase falsa, está fora de contexto e exagerada.

Em comparação com outros países, realmente emitimos menos dióxido de carbono. De acordo com a avaliação do Global Carbon Atlas realizado em 2018, entre os 214 países monitorados, o Brasil está em 126º lugar, no qual emitimos 2,2 toneladas da substância por habitante ao ano. Em comparação com outros países, o Brasil emite cerca de 36 toneladas a menos que o Qatar, líder do ranking, por exemplo.

Porém, o dado mencionado pelo presidente precisaria levar em consideração todos os gases do efeito estufa para ser considerado totalmente correto. Além do carbono, temos o metano e óxido de nitrogênio que, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), o Brasil emitiu 3,4% em

¹⁸ Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 22 de setembro de 2020.

¹⁹ Tradução: Agência Lupa.

2018, somando as três substâncias. Com isso, pulamos para a 6ª posição entre os países mais poluentes.

“Mantenho minha política de tolerância zero com crime ambiental”, é a terceira fala enganosa de Bolsonaro durante seu discurso. A Agência Pública apurou os dados em relação às multas e punições contra crimes ambientais entre janeiro e julho de 2020 e o número registrado foi 40% menor que o mesmo período em 2019. Como o próprio MP apurou, as queimadas no Pantanal tiveram origens humanas, mas, como dito no Capítulo 1, nenhum infrator foi punido ou condenado pelos seus atos.

Ainda há uma série de indícios, ainda em investigação, que indicam o acobertamento de ações criminosas contra o meio ambiente. Uma delas foi o suposto uso de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) no dia 06 de agosto de 2020 para transportar garimpeiros ilegais para uma reunião do Ministério do Meio Ambiente. Segundo a revista *Época*, Salles teria recebido os infratores em Brasília e omitido o encontro em sua agenda oficial.

O caso ainda está sob investigação MP do Pará e, segundo sua assessoria,

Verificam-se, no presente caso, fortes indícios de desvio de finalidade na utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira, as quais, a princípio, deveriam ser destinadas para efetividade da Operação Verde Brasil 2 no combate à mineração ilegal. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO PARÁ, 2020)

Já sobre as queimadas no Pantanal, Bolsonaro alega que “as grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição”, mas já sabemos que este argumento se torna insustentável ao afirmar que este seja o motivo inevitável e exclusivo que levou o bioma a bater o recorde histórico de 8.106 pontos de queimadas, de acordo com o INPE.

Essas, e outras declarações falsas e insustentáveis, corroboram ainda mais para uma imagem deturpada internacionalmente e nacionalmente. A comunicação pública possui, como uma de suas funções, a expressão de valores da cultura interna do Estado e de seus indivíduos, projetando esses valores para o ambiente externo. (TORQUATO, 2002)

Apesar do presidente ter uma equipe de assessores de imprensa à disposição, é notável como não há uma orientação baseada em uma assessoria estratégica e eficaz para seus discursos e pronunciamentos, como descreve Torquato (2002). Seus

posicionamentos cruzam uma linha ideológica e se afastam dos fatos e comprovações científicas.

É preocupante que o chefe de Estado esteja propagando valores contrários ao que determina sua própria Constituição Federal, como vimos anteriormente em seu artigo 37, ao disseminar falsos dados e informações distorcidas. A visão que fica para o resto do mundo é que seguimos sendo um país desinformado, corrupto e sem leis.

Figura 21: Notícia 4 – Brasil é considerado o 4º país mais corrupto do mundo



Fonte: El País

Figura 22: Notícia 5 - Brasil está no 'Ranking da Corrupção' pelo 5º ano seguido

Brasil cai pelo 5º ano seguido no 'Ranking da Corrupção' e está empatado com Albânia e Egito

André Shalders - @andreshalders
Da BBC News Brasil em Brasília

23 janeiro 2020

Fonte: BBC News Brasil

O presidente ainda tenta culpar indígenas pelos incêndios nos biomas brasileiros, alegando que “os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas”.

O mesmo aconteceu em relação às ONGs sobre as queimadas na Amazônia, quando Bolsonaro disse, em conversa com jornalistas em frente ao Palácio da Alvorada em Brasília no dia 22 em agosto de 2019, que é um “indício fortíssimo que é

esse pessoal de ONG, que perdeu a teta deles” (informação verbal)²⁰, indicando que, sem apoio financeiro do governo, as organizações sem fins lucrativos estariam ateando fogo nos biomas para benefício próprio.

Quando questionado sobre provas ou fontes que levaram à suspeita, Bolsonaro admite não ter. Segundo os órgãos investigadores, como o MP, não há nenhum indício da participação de indígenas ou ONGs na propagação de fogo nos biomas. Segundo o documentário “Jaguetê-Avá – Pantanal em chamas”, a participação dos dois grupos foi crucial para combater as queimadas.

Assim como evidenciamos a importância dos povos originários para a proteção do meio ambiente, é interessante mencionar também a origem e a essencialidade das ONGs frente à pauta ecológica e outras questões da sociedade civil.

Fazendo um breve resgate histórico, os primeiros grupos não governamentais surgiram junto com o Estado moderno e a separação dos conceitos “público” e “privado”. A partir do momento em que o Estado assumiu a responsabilidade de prover as necessidades públicas da população, as pessoas se viram em uma situação de conforto, onde precisavam se preocupar apenas com seus anseios particulares. (NOVELLI, 2007)

Entretanto, as crises governamentais chegaram e, diante das dificuldades financeiras e econômicas, o Estado se viu impossibilitado de resolver todas as questões da esfera pública. Foi neste momento em que a população deu os primeiros passos para uma atitude cidadã, conforme Novelli salienta:

A sociedade civil, quando compreendeu essa impossibilidade do Estado, passou a intensificar antigas práticas de solidariedade e caridade com base em uma nova ótica e em escala crescente. Foi o despertar da co-responsabilidade da sociedade pelos rumos do país e de seu povo. (...) Tal situação tem como resultado o fato de que a atuação política dos indivíduos deslocou-se do âmbito tradicionalmente reconhecido como público e passou a ser uma iniciativa da sociedade por meio da ação dos indivíduos reunidos em organizações não-governamentais e das empresas que assumem parte de sua responsabilidade social ante as comunidades em que estão inseridas. (NOVELLI, 2007, p. 228)

Portanto, as ONGs possuem um papel importante dentro de uma sociedade democrática e a sua relação com o governo deve inviabilizar uma mediação dos interesses coletivos com aqueles que possuem o poder de decisão. Para Costa (1997, p.182), a esfera pública discursiva tem o papel de “atuar como instância intermediadora entre os impulsos comunicativos gerados no mundo da vida e os

²⁰ Fala proferida por Jair Bolsonaro à jornalistas do UOL em 22 de agosto de 2019.

colegiados competentes que articulam, institucionalmente, o processo de formação da vontade política (...).”

O fato do governo bolsonarista estar sempre se colocando contra às entidades do terceiro setor, dificulta ainda mais o trabalho das relações públicas em promover o diálogo entre os diversos setores da sociedade, a fim de combater problemas sociais como a desigualdade, a inclusão de pessoas com deficiência, a fome, a falta de uma educação de qualidade e, principalmente, a proteção de nossa fauna e flora. Para Novelli, este é o maior desafio das relações públicas na atualidade:

Por esse breve cenário percebem-se a complexidade desses relacionamentos e a necessidade de uma nova forma de fazer comunicação, que seja capaz tanto de estimular parcerias sólidas e confiáveis entre os setores sociais, quanto de garantir a participação dessas parcerias na esfera pública, a fim de que ganhem amplitude de expressão. Essa é o maior desafio das relações públicas na atualidade. (...). (NOVELLI, 2007, p. 235)

Muitos outros episódios mostram o agravamento em que a comunicação pública se encontra atualmente. É um grande obstáculo para as relações públicas conseguir exercer seu papel diante de um cenário tão incerto, restritivo e negacionista. O meio ambiente dá seus sinais de alerta a cada ano, mas mundo parece não conseguir ouvir – e comunicar – os apelos que as florestas querem dizer.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso permitiu uma maior compressão de uma área das relações públicas bastante breve das salas de aula. A comunicação pública nem sempre é o assunto de maior interesse entre os alunos da profissão, já que vivemos em um país culturalmente ensinado a não discutir sobre política.

Entretanto, com o avanço da tecnologia e a chegada das novas gerações, essa mentalidade está caminhando para mudanças, ao mesmo tempo que as opiniões estão cada vez mais divergentes e polarizadas. Fato é que, independente de raça, religião, orientação sexual, gênero ou posicionamento político, vivemos todos no mesmo planeta. Planeta este que, em algum dia, deixará de existir.

A pauta ambiental nunca ganhou tanta força entre as gerações quanto na geração Z e no, Brasil, nunca obteve tanto peso entre a opinião pública quanto no ano de 2020, que provou ser um ano histórico. Enfrentamos uma pandemia que já levou mais de 613 mil vidas e uma negligência ambiental que nos custou milhares e milhares de hectares florestais e dezenas de vidas animais que habitavam em nossos ecossistemas.

Ficamos atônitos em saber que parte da nossa casa estava em chamas, mas confusos dos motivos que desencadearam tanta destruição. Vimos, aqui neste trabalho, que a necessidade de, justamente, reorganizar nossa própria casa antes de qualquer solução, é o primeiro passo para alcançar uma consciência responsável, não só nas pautas ecológicas e sustentáveis.

O governo, no entanto, utilizou de todos os seus recursos para apaziguar, acobertar e alienar a população. A imprensa, nossa maior fonte de informação atualmente, foi ameaçada e jornalistas foram impedidos de exercer seu trabalho. Nesse contexto, é importante que os profissionais de relações públicas entendam o local que ocupam na sociedade e a importância de se criar uma seriedade socioambiental dentro dos departamentos de comunicação, sejam na esfera pública ou privada.

Afinal, exercemos uma profissão que nasceu em um cenário capitalista e com o objetivo de manter a harmonia social dentro deste regime econômico de governo, para que todos os atores sociais trabalhem para que o sistema funcione e gere lucros. Essa pesquisa não foi realizada com o intuito mudar posicionamentos políticos, mas sim de fomentar as discussões acerca do que as relações públicas estão contribuindo,

academicamente ou profissionalmente, para a criação de uma sociedade cidadã e participativa.

Conseguimos enxergar, através da análise apresentada, um dos maiores desafios da comunicação atual: o combate à desinformação e a propagação da irrealidade. A comunicação do século XXI é instantânea, caminha para a acessibilidade total e possibilita que camadas da sociedade tenham o direito de manifestação e recepção de mensagens, mas ainda entrava sérios combates contra as *fakes news*.

As relações internacionais estão cada vez mais abaladas e consideradas como secundárias dentro do funcionamento do país. A intolerância às opiniões diferentes e o fechamento ao diálogo nos caracteriza como uma sociedade que compartilha mitos e superstições com a mesma relevância científica de um dado pesquisado e estudado – que, no Brasil, se faz dentro de uma ciência carente de investimentos e que enfrenta grandes dificuldades de desenvolvimento, mas que ainda é verdadeira e confiável.

Esperamos que este estudo de caso tenha possibilitado a identificação prévia de possíveis ameaças aos nossos biomas e à nossa democracia, a partir da comunicação pública brasileira, antes que mais catástrofes se sucedam. Além disso, acreditamos que essas páginas possuem o poder de instigar o interesse dos profissionais de relações públicas pela prática de construção de relacionamentos benéficos ao meio ambiente e na transformação constante de uma sociedade que precisa evoluir.

6. REFERÊNCIAS

"PASSAR a boiada": política ambiental de Bolsonaro é alvo de ações na Justiça. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/passar-a-boiada-politica-ambiental-de-bolsonaro-e-alvo-de-acoes-na-justica>. Acesso em: 14 nov. 2021.

AGOSTINE, Cristiane. Com recorde de queimada, Bolsonaro diz não ter como combater desmatamento no Pantanal. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 de out. de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/10/11/com-recorde-de-queimada-bolsonaro-diz-no-ter-como-combater-desmatamento-no-pantanal.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2021.

ALESSI, Gil. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País**, São Paulo, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. **Social Media and Fake News in the 2016 Election**. Journal of Economic Perspectives, 2017, v. 31, nº 2: 211-36. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.]

ALMIRANTE, Juliana. #Verificamos: Não há indícios de que incêndios no Pantanal foram causados pelo MST. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 02 de out. de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/10/02/verificamos-pantanal-mst/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ALTAMIRANO, Claudia. Brasil é o 4º país mais corrupto do mundo, segundo Fórum Econômico Mundial. **El País**, Cidade do México, 06 de out. de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475517627_935822.html. Acesso em: 08 nov. 2021.

AMAZÔNIA tem aumento de 68% nos alertas de desmatamento em agosto, diz Imazon. **G1**, 15 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/15/amazonia-tem-aumento-de-68percent-nos-alertas-de-desmatamento-em-agosto-diz-imazon.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ANDRADE, C.; LIMA, A. **Relações Públicas e Sustentabilidade**. São Paulo, 2008.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Panorama histórico de relações públicas**. 2.ª ed. São Paulo, COMARTE, 1973. (Série Relações Públicas, 5.)

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender relações públicas**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

APESAR de incêndios, governo corta orçamento do Ibama e ICMBio em 2021. **Folha de S. Paulo**, 13 de set. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/apesar-de-incendios-governo-corta-orcamento-do-ibama-e-icmbio-em-2021.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ARAÚJO, G. A. S. **O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistências**. Geusp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 1, p. 112-123, abr. 2019. ISSN 2179-0892.

ARAÚJO, Gabriel. Pantanal em chamas: de onde vem o fogo? **Revista Arco: Jornalismo Científico e Cultural**, Santa Maria, 10 de nov. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/pantanal-em-chamas/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BBC News. Por que o Pantanal vive 'maior tragédia ambiental' em décadas. G1, 05 de ago. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/05/por-que-o-pantanal-vive-maior-tragedia-ambiental-em-decadas.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BBC News. Qual é a indústria que mais polui o meio ambiente depois do setor do petróleo? **G1**, 13 de mar. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/qual-e-a-industria-que-mais-polui-o-meio-ambiente-depois-do-setor-do-petroleo.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2021.

BENITES, Afonso. Descaso no Pantanal e Amazônia ameaça negócios do Brasil enquanto Governo se isenta de responsabilidade. **El País**, Brasília, 16 de set. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/descaso-no-pantanal-e-amazonia-ameaca-negocios-do-brasil-enquanto-governo-se-isenta-de-responsabilidade.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BIOMA Pantanal. **Instituto Brasileiro de Florestas (IBF)**. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pantanal#:~:text=O%20Pantanal%20ocupa%20uma%20%C3%A1rea,Grosso%20do%20Sul%20com%2025%25>. Acesso em: 13 maio 2021.

BIOMAS Brasileiros. **IBGE Educa**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 24 maio 2021.

BOLSONARO ameaça jornalista: 'Minha vontade é encher tua boca na porrada'. **G1**, 23 de ago. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/23/bolsonaro-ameaca-jornalista-minha-vontade-e-enchere-tua-boca-na-porrada.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BOLSONARO anuncia lives no Facebook todas as quintas-feiras, às 18h30. **Exame**, 07 de mar. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-anuncia-lives-no-facebook-todas-as-quintas-feiras-as-18h30/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BOLSONARO diz que não há Três Poderes, mas o Judiciário de um lado e os outros dois de outro. **Isto É**, 22 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-diz-que-nao-3/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BOLSONARO rebate fala de Macron sobre Amazônia: "mentalidade colonialista". **UOL**, São Paulo, 22 de ago. de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/bolsonaro-rebate-fala-de-macron-sobre-amazonia-mentalidade-colonialista.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BOLSONARO repete comentário racista e diz que apoiador negro “está com oito arrobas”. **Fórum**, 1 de mar. de 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-repete-comentario-racista-e-diz-que-apoiador-negro-esta-com-oito-arrobas/>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRAGANÇA. Bolsonaro admite ser difícil escolher novo ministro do Meio Ambiente. **(O)ECO**, 05 de dez. de 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/bolsonaro-admite-ser-dificil-escolher-novo-ministro-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRAMMER, S. J.; PAVELIN, S. **Corporate reputation and social performance: The importance of fit**. *Journal of Management Studies*, 43, 435-455, 2006.

BRANCO, Pércio de Moraes. Pantanal Mato-Grossense. **Serviço Geológico do Brasil – CPRM**, 18 de ago. de 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Pantanal-Mato-Grossense-2717.html?from%5Finfo%5Findex=6#:~:text=%C3%89%20um%20bioma%20que%20se,ela%20%C3%A9%20dif%C3%ADcil%20delimita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRANT, Danielle. Apesar de incêndios, governo corta orçamento do Ibama e ICMBio em 2021. **Folha de S. Paulo**, 13 de set. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/apesar-de-incendios-governo-corta-orcamento-do-ibama-e-icmbio-em-2021.shtml>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.105**, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.377**, de 2 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5377.htm. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm#:~:text=54.,a%20quatro%20anos%2C%20e%20multa. Acesso em: 13 maio 2021.

BUCCI, Eugênio. O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo, Companhia das letras, 2015, 1ª ed.

CADERNOS DO TRABALHADOR. 41 dias de resistência e luta. São Bernardo do Campo, ABCD: Sociedade Cultural/URPLAN-PUC-SP, 1980, nº1.

CALMON, Elisa. Bolsonaro minimiza incêndios na Amazônia e Pantanal: 'Críticas desproporcionais'. **UOL**, 16 de set. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/16/bolsonaro-fala-em-criticas-desproporcionais-a-incendios-na-amazonia-e-pantanal.htm>. Acesso em: 13 de set. 2021.

CARROLL, A. B. **The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders**. Business Horizons 34(4), 39-48, 1991. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/000768139190005G>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CARVALGO, Daniel. Governo divulga informação falsa de que queimada no Brasil é a menor em 18 anos. **Folha de S. Paulo**, 27 de set. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/governo-divulga-informacao-falsa-de-que-queimada-no-brasil-e-a-menor-em-18-anos.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CASTRO, Nadyenka e TUMELERO, Caio. Fazendeiro alvo de operação contra queimadas no Pantanal é preso com armas e munições. **G1 MS e TV Morena**, Mato Grosso do Sul, 15 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/09/15/fazendeiro-e-preso-com-pistolas-revolver-e-municoes-em-acao-da-pf-contra-queimadas-no-pantanal-de-ms.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2021.

CHAVES, Sylla M. **Relações Públicas no Brasil**. In: JAMESON, Samuel H. (org.). *Relações Públicas*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962. Conheça os principais impactos ambientais causados pelas indústrias. **Flagmaq**, 26 de out. de 2016. Disponível em: <https://www.fragmaq.com.br/blog/conheca-principais-impactos-ambientais-causados-industrias/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). NOTITIA CRIMINIS. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2017/04/repre.-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Disponível em: <http://conaq.org.br/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CRISTINA, Paula. Bolsonaro: 1682 mentiras em um ano. **Isto É**, 30 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-1682-mentiras-em-um-ano/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CURADO, Adriano. Conheça o Pantanal, a maior planície que inundável do planeta. **Conhecimento Científico**, 16 de jan. de 2019. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/conheca-o-pantanal-a-maior-planicie-que-inundavel-do-planeta/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

D'AZEVEDO, Martha Alves. **Relações Públicas – Teoria e processo**. Porto Alegre, Sulina, 1971.

DATAFOLHA. **Aquecimento global**. Folha de S. Paulo. Brasil: Datafolha, jul. de 2019. 39 p. Disponível em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/29/e182da3db9c3b3239fa351db302cf51cag.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). **Gov.br**, 22 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

DUARTE, J.; VERAS, L. (org.). *Glossário de Comunicação Pública*. Brasília: Casa das Musas, 2006.

FERREIRA, Manoel G. Filho. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1997.

FERREIRA, Manoel G. Filho. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1997.

FILHO, João. Candidato do Novo incita crime “contra a esquerda” em propaganda eleitoral. **The Intercept Brasil**, 16 de ago. de 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/08/19/candidato-do-novo-incita-crime-contra-a-esquerda-em-propaganda-eleitoral/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FILIPPE, Marina; CAETANO, Rodrigo. Txai Suruí: “Não há como falar de mudança climática sem falar de pessoas”. **Exame**, 07 de nov. de 2021. Disponível em: <https://exame.com/negocios/txai-suru-i-entrevista/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FOGO que destruiu 25 mil hectares no Pantanal de MS começou em grandes fazendas, aponta investigação da PF. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, 24 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/09/24/fogo-que-destruiu-25-mil-hectares-no-pantanal-de-ms-comecou-em-grandes-fazendas-aponta-investigacao-da-pf.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2021.

GALVÃO, Eduardo Ribeiro. **Fundamentos de Relações Governamentais**. Brasília, Df: Clube de Autores, 2016. 220 p.

GANZALA, Gabryelly. **A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/295/1355104%20-%20GABRYELLY%20GODOIS%20GANZALA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 19 out. 2021.

GELBSPAN, R. **The Boiling Point**. New York: Basic Books, 2004.

GIMENES, Erick. Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid. **Brasil de Fato**, Brasília, 22 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>. Acesso em: 11 de nov. 2021.

Global Top 250 PR Agency Ranking 2021. **PRovoke Media**, 2021. Disponível em: <https://www.provokemedia.com/ranking-and-data/global-pr-agency-rankings/2021-pr-agency-rankings/top-250>. Acesso em 01 out. 2021.

GLOBO Repórter: inventário contabiliza mortes de animais durante as queimadas no Pantanal em 2020. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, 29 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/04/29/pesquisador->

constroi-inventario-que-contabiliza-mortes-de-animais-durante-as-queimadas-no-pantanal-em-2020.ghtml. Acesso em: 14 maio 2021.

GOLÇALVES, Gisela. **Introdução à Teoria das Relações Públicas**. Portugal: Porto Editora, 2010.

GOZETTO, A; MANCUSO, W. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? In: *Organicom*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, ano 8, nº14.

GRAMÍNEA. **Britannica Escola**. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/gram%C3%ADnea/481402#:~:text=As%20gram%C3%ADneas%20s%C3%A3o%20uma%20fam%C3%ADlia,pertencem%20%C3%A0%20fam%C3%ADlia%20das%20gram%C3%ADneas>. Acesso em: 15 maio 2021.

HÁ 4 fazendas investigadas pelos incêndios no Pantanal, diz delegado da PF. **CNN Brasil**, São Paulo, 16 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/16/ha-4-fazendas-investigadas-pelos-incendios-no-pantanal-diz-delegado-da-pf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

HAAG, Carlos. Uma cidade feita de suor e aço. Pesquisa Fapesp, São Paulo, 2011, ed. 180. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-cidade-feita-de-suor-e-a%C3%A7o/>. Acesso em 13 set. 2021.

HASWANI, Mariângela. Comunicação Pública e as novas dimensões para as relações públicas. In: *Relações Públicas Comunitárias - A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. Margarida Kunsch, Waldemar Kunsch (org.). São Paulo: Summus, 2007.

HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. **Mudanças Climáticas: uma questão de relações públicas?** Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, Equador, v. 136, p. 145-160, dez. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6242338.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

HERÓIS do Fogo. Direção de Carlos Artexes. Mato Grosso do Sul: **Sesc Pantanal**, 2020. (19 min.), son., color. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=3338476389580937>. Acesso em: 6 abr. 2021.

IBOPE Inteligência. Edição 2020. Disponível em: <https://www.percepcaoclimatica.com.br/edicao-2020>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agro 2017**, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html. Acesso em: 14 maio 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **INPE Programa Queimadas**. Análise da Situação Atual do Bioma Pantanal, 13 de set. de 2019. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/queimadas-no-pantanal/analise_da_situacao_atual_do_bioma_pantanal.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

INVESTIGAÇÃO da Polícia Federal aponta para crime em incêndios no Pantanal, em 2020. **Ecoa**, 26 de março de 2021. Disponível em: <https://ecoa.org.br/investigacao-da-policia-federal-aponta-para-crime-em-incendios-no-pantanal-em-2020-tendo-partido-de-quatro-fazendas-do-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 13 maio 2021.

JAGUARETÊ-Avá, o mito do homem-onça. **Terras indígenas do Brasil**, 10 de ago. de 2015. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/153947>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Jair M. Bolsonaro. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/about/?ref=page_internal. Acesso em: 18 de ago. 2021.

Jair M. Bolsonaro. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/?hl=pt-br>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Jair M. Bolsonaro. **Twitter**. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

JULIO, K. Mercado de relações públicas cresce 5% em 2018. **Meio&Mensagem**, 21 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2019/05/21/mercado-de-relacoes-publicas-cresce-5-em-2018.html>. Acesso em: 02 ago. 2021.

KLÖCKNER, J.; MÜLLER, G. [**Correspondência**]. Destinatário: Hamilton Mourão. Amsterdam Declarations Partnership, Alemanha, 16 de set. de 2020. 1 carta. Disponível em: https://ad-partnership.org/wp-content/uploads/2020/09/ADP-Brazil-Open-letter_POR.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (org.). **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. 372 p.

KUNSCH, Margarida. **Relações Públicas e Modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

LANDAU, Elena Charlotte. *et al.* **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. 199 p. Disponível em: <https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/variacao-Geografica-do-Tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

LANER, V. F. **Comunicação Desenvolvimento e Democracia: uma análise crítica da mídia brasileira à luz do direito à informação e à liberdade de imprensa**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2004.

LEITE, Maria Beatriz Ayello. Pantanal – Clima e Hidrografia. **Ambientebrasil**. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/biomas/pantanal_-_clima_e_hidrografia.html. 14 maio 2021.

LEITE, Roberto de Paula. **Relações Públicas**. São Paulo, José Bushatshky, 1971.

LEMOS, Vinícius. Incêndios no Pantanal: por que o fogo ainda ameaça o ecossistema mesmo após a chegada das chuvas. **BBC News Brasil**, São Paulo, 7 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54848995>. Acesso em: 14 maio 2021.

LEMOS, Vinícius. Os seis fatores que tornam incêndios no Pantanal difíceis de serem controlados. **BBC News Brasil**, São Paulo, 17 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54186760>. Acesso em: 13 maio 2021.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LODI, João Bosco. **Lobby: os grupos de pressão**. São Paulo: Pioneira, 1986.

LOIS, Rodrigo. Força-tarefa investiga número de animais mortos no Pantanal. **G1**, 18 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/18/forca-tarefa-investiga-numero-de-animais-mortos-no-pantanal.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2021.

MANCUSO, Wagner Plalon. Lobby e responsabilidade política e corporativa. In: *Organicom*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, ano 8, nº14.
MARINS, Carolina. Bolsonaro diz não ter prova, mas acusa ONGs por queimadas: "Maior suspeita". **UOL**, São Paulo, 22 de ago. de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/bolsonaro-diz-nao-ter-prova-mas-acusa-ongs-por-queimadas-maior-suspeita.htm>. Acesso em: 08 nov. 2021.

MARTINO, L.; MARQUES, A. **O conceito de opinião pública na teoria da comunicação: genealogias e modos de abordagem**. Revista *Organicom*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020, ano 17, nº 34.

MATIAS, Átila. Pantanal. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-pantanal.htm>. Acesso em: 26 maio 2021.

MAURÍCIO TUFFANI. **Meio ambiente brasileiro: com um triste balanço em 2020, como resgatar 2021?** Direto da Ciência, São Paulo, 19 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.diretodaciencia.com/2020/12/19/meio-ambiente-brasileiro-com-um-triste-balanco-em-2020-como-resgatar-2021/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MENDONÇA, Gustavo Henrique. Queimadas no Pantanal. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/queimadas-no-pantanal.htm#:~:text=Todos%20esses%20fen%C3%B4menos%20encontram%2Dse%20do%20resto%20da%20cobertura%20vegetal>. Acesso em: 14 maio 2021.

MENEZES, Noeli. 'Questões ideológicas' contribuíram com as queimadas no Pantanal, diz Salles. **CNN Brasil**, Brasília, 12 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/questoes-ideologicas-contribuiram-para-as-queimadas-no-pantanal-diz-salles/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

META climática brasileira deve ser mais ambiciosa: a Cúpula do Clima de abril é uma oportunidade para avançarmos. **Coalizão Brasil – Clima, Florestas e Agricultura**, 8 de abr. de 2021. Disponível em: <http://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/posicionamentos/item/1193-meta-climatica-brasileira-deve-ser-mais-ambiciosa-a-cupula-do-clima-de-abril-e-uma-oportunidade-para-avancarmos>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MIERA, Alejandro Sáenz de. **XI Conferência Interamericana de Relações Públicas**. 10-13 de outubro de 1973, Bogotá, Colômbia, p. 17.

MINISTRO Ricardo Salles diz que seca rigorosa está entre causas das queimadas no Pantanal. **Gov.br**, 13 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2020/10/ministro-ricardo-salles-diz-que-seca-rigorosa-esta-entre-causas-das-queimadas-no-pantanal>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MOREIRA, R. CSN: uma decisão política. **FGV CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>. Acesso em: 06 out. 2021.

MOURA, P. M.; SCROFERNEKER, C. **Relações Públicas x função política e administração de conflitos/controvérsias nas organizações**. São Paulo, Revista Comunicação, Marketing, Cultura, 1999.

MPF abre investigação por uso de avião da FAB para transportar garimpeiros até Brasília. **Ministério Público Federal**, 21 de ago. de 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-abre-investigacao-por-uso-de-aviao-da-fab-para-transportar-garimpeiros-ate-brasilia>. Acesso em: 02 nov. 2021.

NOVELLI, A. et al. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. Jorge Duarte, Antonio Barros (org.). São Paulo: Atlas, 2005.

NOVELLI, Ana. Relações Públicas Governamentais. In: Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. Margarida Kunsch (org.), São Paulo: Saraiva, 2007.

O Bioma. **World Wide Fund for Nature Brasil**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/bioma_pantanal/#:~:text=O%20Pantanal%20%C3%A9%20uma%20plan%C3%ADcie,bacia%20hidrogr%C3%A1fica%20do%20Alto%20Paraguai.&text=A%20%C3%A1gua%20que%20nasce%20nas,o%20que%20estiver%20pelo%20caminho. Acesso em: 12 abr. 2021.

O Grupo. **Companhia Siderúrgica Nacional**, 13 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/o-grupo/>. Acesso em 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Filipe. Animais do Pantanal. **Educa mais Brasil**, 17 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/biologia/animais-do-pantanal>. Acesso em: 14 maio 2021.

ORGANICOM. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 8, n. 14, 26 jun. 2011. Quadrimestral. Editora Chefe: Margarida M. Krohling Kunsch. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/10222>. Acesso em: 26 maio 2021.

PANTANAL tem 8.106 pontos de incêndio em setembro; ano já tem o maior número de focos da história. **G1**, 01 de out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/pantanal/noticia/2020/10/01/pantanal-tem-8106-pontos-de-incendio-em-setembro-ano-ja-tem-o-maior-numero-de-focos-da-historia.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2021.

PANTANAL. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/pantanal>. Acesso em: 24 maio 2021.

PEREIRA, Evaldo Simas. **Relações públicas: incompreendida, suspeitada, mas afinal aceita e triunfante**. In: JAMESON, Samuel H. (org.). *Relações Públicas*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Relações públicas no modo de produção capitalista. São Paulo: Summus, 1986, 2. ed.

PF busca responsáveis por queimadas que destroem o Pantanal de MS. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, 14 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/09/14/pf-busca-por-responsaveis-por-queimadas-que-destroem-o-pantanal-de-ms.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2021.

PL 6132/1990. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21283>. Acesso em: 09 nov. 2021.

POR que o Pantanal está em chamas? **Jornal do Campus**, 24 de set. de 2020. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/por-que-o-pantanal-esta-em-chamas/>. Acesso em: 14 maio 2021.

POYARES, W. R. **Comunicação e Relações Públicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.
 PRAZERES, Leandro. Com recorde de queimadas no Pantanal, Bolsonaro diz que Brasil 'está de parabéns' na preservação do meio ambiente. **O GLOBO**, 17 de set. de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-recorde-de-queimadas-no-pantanal-bolsonaro-diz-que-brasil-esta-de-parabens-na-preservacao-do-meio-ambiente-24644929>. Acesso em: 23 set. 2021.

PROGRAMA quer prevenir queimadas no Pantanal ao notificar produtores em áreas que mais ocorreram incêndios. **G1MS e TV Morena**, Mato Grosso do Sul, 05 de abr. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/04/05/programa-quer-prevenir-queimadas-no-pantanal-ao-notificar-produtores-em-areas-que-mais-ocorreram-incendios.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2021.

QUEIMADAS atingiram 4,5 milhões de hectares no Pantanal durante 2020 segundo levantamento do MP. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, 23 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/04/23/queimadas-atingiram-45-milhoes-de-hectares-no-pantanal-durante-2020-segundo-levantamento-do-mp.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2021.

QUEIMADAS no Pantanal e na Amazônia: carta aberta de países europeus a Mourão protesta contra política ambiental brasileira. **BBC News Brasil**, 16 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54181888>. Acesso em: 14 nov. 2021.

RAFAEL GARCIA. Folhapress. **Aquecimento global é real para 85% dos brasileiros, aponta Datafolha**. 2019. Publicado por GZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2019/07/aquecimento-global-e-real-para-85-dos-brasileiros-aponta-datafolha-cjyn6jt7101bt01mg03ybd68c.html>. Acesso em: 01 abr. 2021.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Igor. Eleição de Bolsonaro marca mudança no marketing político. **Meio&Mensagem**, 28 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2018/10/28/eleicao-de-bolsonaro-marca-mudanca-no-marketing-politico.html>. Acesso: 13 de nov. de 2021.

RICARDO Salles atribui queimadas no Pantanal à proibição do fogo preventivo nos estados. **Jovem Pan**, 17 de set. de 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/ricardo-salles-atribui-queimadas-no-pantanal-a-proibicao-do-fogo-preventivo-nos-estados.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

RIOS, Adriana. Pantanal em chamas: 20 fotos que retratam a tragédia ambiental. **A Gazeta**, 15 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/brasil/pantanal-em-chamas-20-fotos-que-retratam-a-tragedia-ambiental-0920>. Acesso em: 6 abr. 2021.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Dicionário breve da informação e da comunicação**. Lisboa, Presença, 2000.

SALLES compartilha vídeo sobre Amazônia com imagens da mata atlântica. **UOL**, São Paulo, 10 de set. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/09/10/salles-compartilha-video-sobre-amazonia-com-imagens-da-mata-atlantica.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SALLES defende uso de gado para reduzir queimadas no Pantanal. **Congresso em Foco**, 13 de out de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/ao-vivo-ricardo-salles-senado-pantanal/>. Acesso em 15 nov. 2021.

SALLES diz que governo é responsável por fiscalizar apenas 6% do Pantanal e defende ampliação do gado para evitar incêndios. **Jovem Pan**, 14 de out. de 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/salles-diz-que-governo-e-responsavel-por-fiscalizar-apenas-6-do-pantanal-e-defende-ampliacao-do-gado-para-evitar-incendios.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Propostas de Bolsonaro para meio ambiente colocam o país em risco, avisam ativistas. **Brasil de Fato**, Brasília, 16 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/propostas-de-bolsonaro-para-meio-ambiente-colocam-o-pais-em-risco-avisam-ativistas>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SCHAUN, Raimundo. Comunicação, poder e democracia. São Paulo: Instituto de Pesquisas de Comunicação Jornalística e Editorial (IPCJE), 1986.

SHALDERS, André. Brasil cai pelo 5º ano seguido no 'Ranking da Corrupção' e está empatado com Albânia e Egito. **BBC News Brasil**, Brasília, 23 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51216388>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SHALDERS, André. Por que a teoria do 'boi bombeiro' no Pantanal, citada por Salles e Tereza Cristina, é mito. **BBC News Brasil**, Brasília, 17 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54199255>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SHALDERS, André. Queimadas no Pantanal: multas do Ibama despencam apesar de recorde de incêndios. **BBC News Brasil**, Brasília, 15 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54159499>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Signor, C. A.; Fernandes, I. M.; Penha, J. O Pantanal e o sistema de pesquisa. In: Fernandes, I. M.; Signor, C. A.; Penha, J. (orgs); **Biodiversidade no Pantanal de Poconé**. Cuiabá, MT - Centro de Pesquisa do Pantanal; Ano 2010, 196 p.

SILVA, Daniel Reis. **Relações públicas, ciência e opinião: Lógicas de influência na produção de (in)certezas**. Minas Gerais, 2017.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.

SOARES, Denise. 85% de parque no Pantanal de MT que abriga maior refúgio de onças-pintadas no mundo foi destruído por incêndios. **G1 MT**, Mato Grosso, 16 de set. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/09/16/85percent-de-parque-no-pantanal-de-mt-que-abriga-maior-refugio-de-oncas-pintadas-no-mundo-foi-destruido-por-incendios.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2021.

TAJRA, Alex. Bolsonaro ataca Macron: "Está interessado em um espaço na Amazônia pra ele". **UOL**, São Paulo, 22 de ago. de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/bolsonaro-ataca-macron-esta-interessado-em-um-espaço-na-amazonia-pra-ele.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 196 p. Disponível em: file:///C:/Users/caaro/Downloads/BR_Sociedade%20da%20Informacao%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

The Global Expression Report. Article 19, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/liberdade-de-expressao-2020-artigo19-29jul2021.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

TRAVASSO, J. et al. **Relações Públicas e Sustentabilidade: A comunicação do Plano de Logística Sustentável da UFG**. Goiás, 2015.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 101-119.

WEBER, Maria Helena. **Estratégias da comunicação de estado e a disputa por visibilidade e opinião**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.

WIMMER, R.; DOMINIK, R. La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos. Barcelona: Bosh, 1996.

WOLTON, D. Pensar a Comunicação. Portugal: Difel, 1997.

WWF-BRASIL (org.). **Brasil em chamas: Pantanal bate recorde de queimadas, enquanto o governo nega as evidências**. 2020. Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?77074/Brasil-em-chamas-Pantanal-bate-recorde-de-queimadas-enquanto-o-governo-nega-as-evidencias. Acesso em: 01 abr. 2021.

ZUFFO, Alan Mario (org.). **Pantanal: O Espaço Geográfico e as Tecnologias em Análise**. Ponta Grossa (Pr): Atena Editora, 2019. 195 p. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/03/E-book-Pantanal-O-Espa%C3%A7o-Geogr%C3%A1fico-e-as-Tecnologias-em-An%C3%A1lise.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.